

BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS

DIRECTOR: MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

PUBLICAÇÃO DO
ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA

VOL. XXXVI

1985

A propósito das muralhas antigas de Lisboa

PALAVRAS PRÉVIAS

O estudo, que se segue, é um dos valiosos inéditos do conhecido Arqueólogo José Augusto Correia de Campos, falecido em Lisboa com 86 anos aos 10 de Setembro de 1977, que os deixou para que fossem publicados após a sua morte, exprimindo à sua Família o desejo de que a tarefa fosse confiada ao seu amigo e nosso ilustre colaborador Dr. Francisco José Velozo. O outro, denominado Dolmens: habitações ou necrópoles?, está em publicação na revista «Beira Alta», de Viseu. A compilação dos manuscritos em suas várias redacções foi feita pelo Dr. Francisco José Velozo, e não foi pequeno labor. O «Boletim de Trabalhos Históricos» congratula-se por lhe ser possível dar à estampa o importante ensaio do autor desses livros fundamentais que são Imagens de Cristo em Portugal (Lisboa, 1950), A Virgem na Arte Nacional (Braga, 1956), Arqueologia Árabe em Portugal (Lisboa, 1963) e Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal (Lisboa, 1970. A originalidade dos pontos de vista de Correia de Campos vai de par com as numerosas descobertas que nos apresenta, quase a revelação dum mundo esquecido.

A publicação do presente trabalho, fruto de longos anos de pesquisa e análise, é feita com o acordo da Ex.^{ma} Família do autor e do compilador e organizador, em forma definitiva, do mesmo trabalho

arqueológico-histórico, que interessa muitíssimo à Cultura Nacional, e não apenas aos estudos lisiponenses.

Um grupo de entusiastas dos temas desbravados por Correia de Campos tem continuado as suas investigações, e completou mesmo largamente o acervo fotográfico, riquíssimo já, por ele deixado.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

I. A PRESENTE INVESTIGAÇÃO

1. Tendo nós consagrado vários trabalhos à Arte e Arqueologia Árábicas em Portugal, que exigiram larga preparação, observação e esforço durante decénios, igualmente se nos impôs o estudo das manifestações anteriores, ou seja, da Arqueologia Dolménica, da Castreja, da Romana e da Bizantina e das manifestações artísticas correspondentes, pois de outro modo seria impossível individualizar as introduzidas pelos Árabes, destrinchando-as destas. Assim nos fomos embrenhado ao mesmo tempo no exame das muralhas de Lisboa, habilitados mais e mais com elementos de informação e provas que nos iam surgindo, graças àquele estudo. Na verdade, residindo em Lisboa, não podíamos deixar de nos interessar por um dos seus problemas arqueológicos mais importantes, senão o mais importante.

Na obra *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal*, saída em 1970, referimo-nos aos castelos portugueses, e dedicámos um capítulo, o I, às muralhas e castelos do território português; outro, o II, à técnica construtiva da Arquitectura Romana e aos ensinamentos de Vitruvius (entre nós esquecidos ou ignorados, quase); o capítulo V, aos Cruzados, na reforma da Arquitectura Militar Europeia Medieval, e o VI aos castelos de fundação anterior ao Reino. E aqui já encarámos alguns problemas relativos ao Castelo e muralhas de Lisboa, em resultado de observação e estudo que há muito vínhamos fazendo, sempre em confronto com monumentos de interesse histórico e arqueológico examinados em nosso peregrinar pela Europa, por Marrocos e pelo Oriente, e, como é óbvio, em mais larga escala, no nosso país.

Chegou o momento de dar conta dos resultados finais de estudo ponderado acerca das muralhas de Lisboa e do seu Castelo, dito de São Jorge.

2. Rejeitando a especialidade duma Arte Visigoda, peninsular, ou mesmo Sueva em Portugal e Galiza — onde teria tido mais tempo de se formar no seio do Povo que se estabeleceu aqui e daqui não

saiu, mesmo quando se integrou no Reino ou Império dos Godos —, incluímo-las, com outras manifestações arqueológicas e artísticas da época de 409 (data da invasão dos Bárbaros) a 711 (data da derrota do Rei Rodrigo, graças à força árabe comandada por Tárique), na única Arte Bizantina, quer dizer, na corrente ou estilo que, vindo do Baixo Império, domina por forma geral, esse período. Já em outros nossos trabalhos mostrámos que é ao centro ímpar estabelecido em Constantinopla ou Bizâncio, e aos outros focos dele dependentes política ou culturalmente — e que o influenciavam também (como a Líbia, o Egipto, o Líbano, a Síria, a Pérsia, etc. —, que se deve atribuir as manifestações artísticas do Ocidente, nos países directa ou indirectamente bafejados pelas brisas do Mediterrâneo, pela mesma época.

Espalhando-se pelo Meditêrâneo, dominando a Itália, as Gálias, a Península Ibérica, a Arte Bizantina integrou o passado greco-romano com fortes influências orientais. Apresentou-se, na essência, a mesma por toda a parte, ali mais rica, noutra lugar mais pobre, em resultado de destruições perpetradas por vários Povos e por várias gerações, mas as suas formas e ornatos são facilmente reconhecíveis, — tamanho é o seu parentesco, — a todos os que tenham visto meia dúzia dos seus monumentos mais significativos.

Ora os Bárbaros não podiam deixar de imitar, como imitaram, eles e os Povos que subjugarão, o esplendor da Arte Bizantina (aliás na base da Arte Muçulmana). As moedas cunhadas nos Reinos germânicos, por exemplo, seguem o modelo bizantino, e salvas algumas excepções, a partir de certa data, reproduzem até as effigies do Imperador da longínqua cidade de Constantino.

Certo que uma visão particularista ou o mero orgulho nacional falam muitas vezes duma Arte Visigoda em Espanha, duma Arte Merovíngia em França, do Bizantino Italiano, lombardo-gótico, neste período. Mas, se tais designações implicam outro compromisso que não o geográfico, são inadmissíveis, pois diferenciação artística e architectónica essencial entre elas e os seus modelos originaes do Oriente Mediterrânico não existe. Pode evidentemente haver preferências, particularidades que resultem ou não de usos locais. Todavia ainda hoje, assim como em séculos posteriores ao VIII, podemos descobrir *aquelas afinidades flagrantes, mormente na architectura religiosa*. Basta lembrar a Arte Russa, a Arte Grega, a dos outros países balcânicos, e monumentos construídos recentemente em países bem distantes como os Estados Unidos, o Brasil, etc. Por maioria de razão, naquela época recuada, só é lícito considerar a Arte Bizantina em seu conjunto. De outro modo, certas variedades existentes no mesmo país

ou região (como em Portugal), algumas bem nítidas, mas que são apenas modalidades bizantinas, tornam-se inexplicáveis.

O tão discutido arco-de-ferradura, ocasionalmente empregado, por um fenómeno que procurámos explicar em 1965, na obra *Arqueologia Árabe em Portugal*, no seu capítulo III, em relação a todo o Mundo Bizantino ou de sua influência, não serve (até porque o âmbito do seu emprego não se restringe à Península Ibérica, e teria surgido só com intenção arquitectónica na Síria), para caracterizar por si a Arte Visigoda. No entanto muitos dos nossos críticos de arte, ofuscados com o brilho e o calor da exposição de intelectuais espanhóis, vêm repetindo essa tese, sem razão, e, o que é pior, chamando Arte Visigoda a todas as manifestações artísticas havidas desde 409, na Península, quando nesta entraram e se estabeleceram, não os Godos, e sim Alanos, Vândalos e Suevos.

Assim começaram, em 1965, os nossos contactos com a Arqueologia Bizantina. A dada altura, escrevíamos na nossa citada obra:

Em Sintra, num recanto pouco acessível do Castelo dos Mouros, do lado oposto ao duma muralha que apresenta um tosco arco-de-ferradura, e não longe da antiga cisterna, encontrámos um troço de muralhas com apoio semicilíndrico, inteiramente diferente de todo o aparelho de silharia das muralhas muçulmanas de Sintra.

Não sendo a muralha moura, porque é diferente do vulgar tipo [islâmico] português ou marroquino, só resta a hipótese de poder ser romano-bizantina ou do tempo da dominação dos Bárbaros. É para a primeira hipótese que nos inclinamos, não obstante [ou por causa de] não se conhecer no país muralhas desta última procedência, para se poder fazer um estudo comparativo, como conviria. A hipótese, que aventamos, é de aceitar, pois se harmoniza com a classificação que vem sendo dada à pequenina capela em ruínas, que pela muralha deveria ser envolvida.

E na obra que denominámos *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal*, já citada, reiterámos, em 1970, a classificação daquela muralha como bizantina:

Esta relíquia arquitectónica revela, com efeito, mais a influência oriental que a romana. A técnica construtiva dos Romanos apenas se encontra no maior volume dos silhares, técnica essa adoptada pelos Bizantinos, como herdeiros da Civilização Romana e da Grega, embora incorporando no seu património cultural as grandes tradições e técnicas do Oriente. Esses silhares são assim mais volumosos do que os adoptados geralmente pelos Muçulmanos, como se revela na própria muralha árabe ao lado deste troço. E a influência oriental patenteia-se nos contrafortes semicilíndricos, pouco usados no Ocidente Peninsular no período romano, e no particularismo construtivo dos silhares descansando sobre leito de material miúdo.

Para não fatigar o leitor, remetemo-lo para as figuras 32, 45, 46, 57, 62, 63, 71, 93 a 98, 124 a 126, 138, 160, 199, 226, 250, 262, 278 e 279 da primeira obra citada e 9, 117, 118, 142, 223, 225, 230 a 235 e 239 da segunda obra citada, e para as respectivas referências no texto. São provas do interesse que nos despertara já a Arte Bizantina, e também amostras de quanto há para dizer acerca das suas manifestações no nosso país.

O facto de os Bizantinos, ao que se vê, terem ocupado Sintra, já nos explica muito do que, no domínio da edificação e das Artes Menores, achamos em Lisboa.

Não se estranhará portanto que mais à frente procuremos demonstrar a existência de muralhas bizantinas em Lisboa.

3. Também alguma coisa há para dizer sobre muros pré-romanos, quer indígenas, quer presumivelmente fenícios ou cartagineses.

O leitor achará certamente alguma novidade nas páginas que dedicamos ao assunto. Convidamo-lo, como a respeito da presença bizantina, a fazer tábua-rasa, cartesianamente, dos seus preconceitos, se acaso os tem. Pela nossa parte foi assim que pudemos investigar com segurança, e alcançar *ver* o que, estando bem diante dos olhos, parecia vulgar e sem interesse.

Achamo-nos, é certo, em determinada altura da nossa investigação arqueológica e artística, um pouco desacompanhados dos historiadores mais em voga, e até isolados entre os que se têm ocupado das muralhas de Lisboa com a mesma finalidade científica que nós.

Tivemos porém a satisfação de verificar que as nossas conclusões neste campo não se afastam, no fim de contas, das fontes históricas fidedignas devidamente interpretadas. No que respeita ao período germânico e bizantino, deu-nos essa satisfação o conhecimento dos numerosos trabalhos do Dr. Francisco José Velozo, e, no que toca ao período árabe, o dos Drs. José Pedro e D. Elza Machado e do mesmo Dr. F. J. Velozo, principalmente.

Oxalá o espanto dos críticos (se os houver, e não preferirem, como em relação a obras nossas anteriores, o cómodo silêncio ou a maledicência gratuita) não dê ao leitor desprevenido a impressão de que apenas buscamos a originalidade, quando nos move somente o culto da verdade, e recorreremos sempre que possível ao ensinamento alheio. Isto sem embargo das referências elogiosas de autorizados arqueólogos e críticos de arte, nacionais e estrangeiros, que aceitaram com agrado as nossas descobertas... que outros, quiçá mais preparados, não fizeram. E sem esquecer a honra que nos deu o Instituto para a Alta Cultura, admitindo-nos como bolseiro, para os estudos respec-

tivos, após rigoroso exame prévio, e tributando-nos o aplauso mais rasgado pelos resultados a que chegaríamos.

Fique bem claro o respeito que nos merece a investigação alheia, antiga e moderna, digna deste nome. Que não se julgue, por denunciarmos erros — próprios da condição humana dos mais sábios —, que pretendemos convencer o leitor de que, antes de nós estudarmos as muralhas de Lisboa, ninguém disse nada aproveitável!

II. AS MURALHAS E A ARTILHARIA ANTIGA

1. Falando de muralhas, cumpre que o leitor fique prevenido acerca dos meios de as investir na Antiguidade. As cicatrizes causadas pelas armas de arremesso nas muralhas de Lisboa são a prova de tal necessidade, conforme se verá.

Equivale esta ponderação à exigência do exame da *Artilharia antes da invenção das bocas de fogo*, título precisamente dum trabalho que publicámos sobre o assunto em 1965. Dele nos vamos servir, na parte que interessa, repetindo as suas ideias e conclusões.

A invenção das máquinas de arremesso deu-se no Oriente e na Alta Antiguidade, pelo menos em toda a sua pujança.

O princípio, em que se baseavam tais engenhos, fundava-se em duas fontes de energia: a força centrífuga, com aproveitamento de certos materiais, como tendões ou nervos, cabelos ou crinas, e mesmo cordas de cânhamo, que se torciam até aos limites da resistência, para depois ser transmitida aos projecteis, com libertação dos materiais no estado tenso, a força acumulada.

A Bíblia (2 Cr. 26, 14-15) conta que o Rei Ozias, ou Azarias (c. 780-746 a. C.) mandou fazer em Jerusalém toda a casta de máquinas, e colocá-las em torres e cantos de muralhas por ele restauradas, para assim poder arrojar flechas e grossas pedras contra eventuais atacantes.

Acerca de Dionísio, tirano de Siracusa (399 a. C.), refere Diodoro Sículo que ele chamara todos os engenheiros da Sicília, e do exterior vários, para trabalharem no aperfeiçoamento das suas máquinas de arremesso. A primeira dessas máquinas, levada de Siracusa para a Grécia, causara admiração e terror. Exclamação de Arquidamo, filho de Agesilau: — «Adeus, bravura!». Comentário semelhante diz um cronista haver o filho do Rei de Esparta proferido ao ser arremessada uma pedra de enorme peso por um engenho dos sitiados de Tarento: — «Por Hércules!, morreu a coragem dos homens!». Flávio Arriano, historiador grego do séc. II, na sua obra *Anábase*, dedicada

à vida de Alexandre Magno, conta que este levava no exército baterias de engenhos destinados ao lançamento de setas e de grandes projecteis de pedra sobre os inimigos. Desde o fim da República Romana, cada exército incluía um corpo de artífices, os *fabri*, até Sétimo Severo, após o que eles desapareceram, porque as legiões e as coortes pretorianas passaram a dispor da sua própria artilharia. Ao tempo de Vegécio, cada centúria integrava uma máquina de tiro tenso, movida sobre rodas, a *carroballista*, como se vê ainda nos relevos da Coluna de Trajano. Os projecteis desta artilharia tinham o alcance de 373 m. Na batalha de Mantinea foram empregadas máquinas que lançavam projecteis de 80 kg. de peso a 185 m.

2. Importa não olvidar o poderio romano, que empenhava todos os meios de guerra ao seu alcance, quando investia fortificações, para as conquistar. Esse poderio atingiu o auge depois da destruição de Cartago, que antes havia sido a senhora dos mares, a ponto de ter fechado a entrada do Atlântico aos outros Povos do Mediterrâneo.

Assim, ao conquistarem *Olisippo*, os Romanos empregaram de certeza a sua artilharia, para destruir ou derrubar muralhas primitivas — que, segundo veremos, havia.

Do mesmo modo, os Povos conquistadores, após a queda do Império Romano, usavam máquinas de arremesso, designadamente os Cruzados nos seus ferozes ataques às praças muçulmanas do Mediterrâneo, em especial na Terra Santa, onde se estabeleceram.

Lisboa experimentou a força da artilharia inimiga no assalto dos Cruzados, ao ser conquistada por Afonso Henriques, tal como sucedera ao cair na mão dos Romanos.

Convém ainda frisar, preliminarmente, que segundo o architecto romano Vitrúvio, contemporâneo de César, as várias torres de defesa dum conjunto fortificado tinham de estar entre si à distância dum tiro de bésta, para, conquistada uma torre, o inimigo poder ser atacado logo das outras. É curioso ninguém ter exprimido ainda a fácil verificação de que tal é o intervalo existente entre as torres da muralha romana de Lisboa, designadamente as do ópido, ou seja, da Alcáçova...

III. ANTES E DEPOIS DO RESTAURO DO «CASTELO DE SÃO JORGE»

1. Conforme numa conferência feita em 1970 e dedicada às muralhas de Lisboa afirmámos, a respeito das edificações no interior do «Castelo de São Jorge», que com o castelo propriamente dito, ou castelo pequeno, integravam o conjunto fortificado mais vasto deno-

minado a «Alcáçova», os nossos Monarcas deviam ter, sempre que o desejassem, alojamento no Paço existente na mesma Alcáçova, assim como no Paço do Limoeiro, localizado no sítio da actual cadeia pouco mais ou menos — construção que viera também, como aquele Paço da Alcáçova, da Antiguidade Árabe.

Por algumas gravuras e desenhos, que até nós chegaram, do século XVI nomeadamente, sabemos que as construções do interior da Alcáçova eram constituídas por vastos edifícios com torres coroadas de ameias, a rodearem telhados ónicos. Uma gravura de Simão Beninc mostra-nos a Alcáçova com duas edificações principais, uma delas com janelas geminadas que lembram as do Paço Real de Sintra.

Quando no restauro do Castelo de São Jorge foram eliminados os *quartéis* e outros elementos construtivos do interior e do exterior da fortificação menor, ou «castelo» propriamente dito hoje, ficaram a descoberto certos fundamentos de edificações da antiga Alcáçova, e uma parte do Paço e os alicerces duma capela, a de São Miguel. No edifício restaurado (parte do Paço antigo) foram agasalhados restos de valor artístico e arqueológico incontestável, assinalando várias épocas, desde a castreja (com a etiqueta «luso-romana»...) à época árabe, e desta ao século XVIII.

Isto nos leva a lamentar que motivos de ordem estética, urbanística ou paisagística levassem a destruir edifícios, paredes e recintos sem minucioso estudo prévio, ou pelo menos sem o cuidado duma justificação escrita satisfatória, acompanhada de suficiente documentação fotográfica. Assim, não obstante o belíssimo resultado obtido, ao *desafrontar* o Castelo, por fóra e por dentro, bem se pode crer no desaparecimento de construções e edificações seculares.

Pelo chão, aliás dispostas com gosto, acham-se pedras de várias épocas e de estilos diferente, que talvez, à cautela, devessem ser recolhidos, — como os que o estão já, segundo acima se disse, e pelos mesmos motivos, — com legendas adequadas.

De qualquer modo acha-se definitivamente comprometida, ao que julgamos, qualquer tentativa de reconstituição das antigas edificações da Alcáçova.

2. O Castelo de São Jorge, — aliás Alcáçova e seu castelo, — erguia-se, como hoje, a norte da cidade antiga. Marinho de Azevedo, no século XVII, designou-o por «castelejo», palavra de origem espanhola que significa «pequeno castelo», e que Vieira da Silva adoptou na sua obra *O Castelo de S. Jorge de Lisboa* (2.^a ed., Lisboa, 1937), dizendo-a empregada a primeira vez por João Nunes Tinoco, arquitecto que em 1652 «levantou a planta mais antiga de Lisboa que se

conhece, logo depois de ter findado o domínio filipino, para conhecimento do estado das defesas da cidade na eventualidade dum ataque» (pág. 28). Esta palavra «castelejo» afigura-se-nos inadequada, visto que o Castelo de S. Jorge, mesmo apenas o que está dentro do recinto da Alcáçova, chamado só por isso às vezes «pequeno», é pelo contrário de grande volume e até o maior do país.

O Castelo propriamente dito representava, como havemos de ver melhor adiante, uma espécie de torre de menagem não só das fortificações da Alcáçova, mas da vastíssima área de fortificações que rodeavam a cidade de Lisboa.

O restauro efectuado visou repor o Castelo na pureza primitiva. Mas, nesta ordem de ideias, virá a propósito perguntar quando é que se fará desaparecer dois telhados em torres do Castelo, nas quais se adivinham além disso muros caiados. Para instalar esses telhados, foram eliminadas ameias, que as torres possuíam, maculando-se deste modo gravemente o conjunto da fortificação.

Informaram-nos de que os telhados foram postos, em duas torres, para alojar pombos; o que é agora inútil, pois outros alojamentos foram preparados para eles há muito.

O resultado dos trabalhos de restauro e de arranjo dos jardins é muito belo. No entanto, nas linhas que se vão seguir, haverá ocasião de mostrar mais alguns deslises

IV. AVERIGUAÇÕES NOSSAS ATÉ 1970

1. Julgamos não vir a despropósito lembrar aqui as averiguações que fizemos até à publicação da obra *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal* já citada, ou seja, até 1970, e que nesta deixámos expostas. O que aí dissemos constitui azado ponto de partida, ou uma introdução, ao que adiante virá:

Certamente que alguns dos nossos leitores, especialmente os dedicados aos estudos olisiponenses, deverão ter estranhado nenhuma referência termos feito às muralhas de Lisboa, excluindo o seu Castelo da relação dos muitos mencionados onde a presença islâmica se patenteia. Há mesmo um consagrado autor, o falecido Engenheiro A. Vieira da Silva, que em várias publicações, especialmente na sua obra *O Castelo de S. Jorge de Lisboa*, faz um estudo particularizado do Castelo sob o ponto de vista arqueológico.

Contra a opinião do referido autor, e sem receio de qualquer desmentido, cumpre-nos esclarecer que o actual Castelo de São Jorge de

Lisboa não conserva na sua arquitectura nenhum vestígio da sua construção pelos Mouros.

Diz o autor da referida obra:

«O principal fundamento, que temos, para julgar esta torre [a de São Lourenço] de origem muçulmana ou contemporânea das muralhas do Castelejo e da Cerca Moura, consiste na forma de construção e na qualidade do material, em tudo semelhantes às da muralha e das torres do recinto do *Castelejo e da Alcáçova*, e completamente diferentes das quadrelas [nome dado à muralha entre duas torres] e dos cubelos [torres] da *Cerca de D. Fernando*, que ainda em alguns sítios se conserva de pé».

Sabe-se ter sido Lisboa já uma importante e populosa cidade no tempo dos Romanos, a *Felicitas Julia*, sede dum Município, com teatro, termas e grande profusão de inscrições latinas. O aludido autor, reportando-se à necessidade, que haveria, de transformar a cidade numa praça de guerra de primeira ordem, diz:

«Ignora-se quais os Povos que fizeram estes trabalhos monumentais para aqueles tempos; uns atribuem-nos aos Visigodos, e outros aos Muçulmanos, mas, como não existem provas documentais nem de natureza construtiva, que permitam decidir a questão, havendo portanto tanta razão para os atribuir a uns como a outros, preferimos seguir a tradição geral e muito antiga, que considera os Mouros os construtores da referida organização defensiva da cidade».

A. Vieira da Silva, pelo transcrito, põe de lado a hipótese de a fortificação de Lisboa — Castelo e torres dispersas como a de São Lourenço, ligadas ou não — ser visigótica, cu mesmo anterior, para se fixar apenas na ideia de a atribuir aos Mouros. Mas, como mais adiante provaremos, nem Suevos, nem Visigodos ou Mouros foram os construtores de tudo quanto de primitivo as muralhas e torres apresentam.

A favor da opinião do referido autor parece vir o relato dos cronistas, dizendo que a Lisboa moura foi conquistada por Afonso o Casto, Rei de Leão, em 803, e perdida oito anos depois; e que Ordonho III a tomou em 953, abandonando-a, depois de saqueada. Mas não se limitaram apenas a estes dois conquistadores os revezes sofridos depois da posse de Lisboa pelos Árabes, cidade que na época islâmica era designada por dois nomes: *Al-Uxbuna* ou *Al-Qudia* (colina), característica do local onde se erguia, como refere a Dr.^a Elza Pacheco (Separata da *Revista de Portugal*, série A, Língua Portuguesa, vol. XXXIII, Lisboa, 1968, com transcrições e traduções do árabe por José Pedro Machado). A mesma ilustre investigadora (...) refere que Lisboa e os seus subúrbios não haviam gozado vida pacífica:

«...Várias revoltas contra os ocupantes muçulmanos; ataques e domínios dos Normandos (844-971), que a tomaram como base de expedições a Sevilha, e a quem os Árabes chamavam *Madjus*, isto é Magos, como os Persas adoradores do fogo; ataques ou conquistas por (armas ou tratados) de Reis Cristãos: 798, 934, 953, 1058, 1110».

Embora alguns cronistas afirmem que, depois da conquista e saque de qualquer cidade, se seguia o desmantelamento das suas muralhas, como julgam tivesse sucedido com Lisboa, não é crível que se chegasse à demolição total do sistema fortificado dos defensores. Conseguido o

objectivo dos atacantes que não tivessem o intuito de se fixar nas regiões assoladas, eles, carregados de ricos despojos, certamente não se demorariam a arrasar as muralhas já abertas, operação que, a fazer-se, levaria alguns dias, o que seria perigoso em determinadas circunstância para os atacantes, pelos socorros que poderiam a todo o momento os defensores receber.

Importa dizer que deveremos pôr-nos sempre de sobreaviso ante as afirmações dos cronistas. As muralhas de Soure (...) foram dadas como «destruídas pelos próprios habitantes», os quais, para não serem mortos ou aprisionados pelos Mouros vencedores, se refugiaram no Castelo de Coimbra em 1116 ou 1117. E nós já mostrámos que a destruição das muralhas de Soure não foi total, pois ainda ficaram de pé troços importantes, vindos mesmo dos seus antecessores, os Árabes.

Novamente diremos que errará quem julgar que, para se conquistar um aglomerado populacional fortificado, se teria de destruir toda a linha de cintura. O esforço dos atacantes concentra-se apenas nos pontos julgados mais próprios ou fracos, para poder abrir brecha nas muralhas. As partes intactas só por excepção se desmantelariam, porque, se o objectivo dos invasores visasse a posse permanente dos castelos e cidades conquistadas, os mesmos troços intactos serviriam aos novos ocupantes, como trabalho já feito, e assim tapariam rapidamente as brechas, para poderem resisitir aos novos atacantes, que surgissem.

Não constituiria pois argumento válido contra a tese defendida por A. Vieira da Silva, o ter sido tomada a cidade moura pelos Cristãos, e depois por eles perdida, porquanto o desmantelamento total do sistema fortificado não se verificaria facilmente. Confirma o nosso ponto de vista o relato dos Cruzados sobre a tomada de Lisboa. As muralhas na sua quase totalidade ficaram intactas, à excepção da grande brecha aberta pela enorme mina que originou o desmantelamento da quadrela. Os preliminares da conquista fizeram-se pelas altas torres de madeira dos atacantes, estando os defensores postos nas muralhas, em plano inferior.

2. Isto o que dissemos então.

Resta saber se eram realmente árabes as muralhas de Lisboa. E há que notar, parece-nos, estar ainda muito enevoada a história dos sucessos ocorridos em Lisboa desde a entrada dos Árabes em 716, pacificamente, com Abde Alaziz, e a conquista da mesma cidade por Afonso Henriques.

Prossigamos todavia com o que dissemos em 1970; então observáramos, logo a seguir ao já transcrito, que na realidade o insigne Vieira da Silva, por não ser arqueólogo, desconhecia a técnica especial construtiva árabe, a qual temos vindo a revelar, com a apresentação de modelos orientais, marroquinos e mesmo peninsulares, em nossas obras. Também ele desconhecia a existência duma técnica própria da construção romana, o que não é de estranhar, pois o mesmo

se dava e dá com alguns Arqueólogos, que parece nunca terem estudado com a minúcia requerida as muralhas da nossa capital.

Se Vieira da Silva soubesse da existência duma técnica construtiva romana, não viria dizer que tudo quanto existe de primitivo nas fortificações de Lisboa era de construção moura.

Ainda é visível na linha de cintura da capital um trecho, na encosta da Rua Norberto de Araújo, constituído por silhares de dois tipos: um, o geral, de aspecto simples, uniforme, e o outro, revelado numa ou noutra pedra, com o *almofadado romano* característico. Mais deveriam existir, do tipo observado, sem a consistência do granito, tão difícil de trabalhar!

Outros trechos indicativos da construção romana se revelam no pequeno pano de muralha junto ao Largo de São Rafael, na Travessa de S. João da Praça, na Torre de São Lourenço, junto ao Largo da Rosa, e ainda originariamente na muralha, agora desvestida de silhares exteriores, que desce do Castelo até perto da referida torre actualmente, mas que nela se encontrava inicialmente, por força, e que tem a espessura invulgar de 3,07 m., considerada erradamente por Vieira da Silva como fazendo parte da Cerca Nova Fernandina.

Pedras do almofadado romano encontrámos na muralha da Cerca Velha e no pátio da entrada da Rua de São João da Praça, n.º 18, muralha reconstituída, já da época da Monarquia portuguesa, e que tudo leva a crer tivesse sido o anterior troço de muralha destruído pelos Cruzados, por se ter aproveitado, ao acaso, na reconstrução, algumas pedras do almofadado romano da primitiva muralha, algumas das quais se encontram na parte superior do muro, a indicar ser, este muro novo, produto de reconstrução. Adiante desenvolveremos a nossa constatação.

Não podem as muralhas antigas de Lisboa provir de acto dos Árabes pela simples razão de estes invasores, como o revelam textos históricos de autenticidade comprovada, as terem recebido intactas dos ocupantes anteriores, pertencentes ao Reino dos Visigodos. Lisboa entregou-se pacificamente, já o dissemos, ao Emir Abde Alaziz, filho de Muça.

3. Mas seriam as muralhas de Lisboa construídas pelos Visigodos ou pelos seus antecessores, os Suevos?

A História ensina-nos, conforme consta das crónicas, que o governador romano de Lisboa, Lusídio, entregara sem combate a cidade aos Suevos, e não há notícia de ocupação violenta por parte dos Visigodos; antes a união dos Suevos a estes, sob Leovigildo, feita

em Braga, convence do contrário. O primeiro facto teve lugar em 469, o segundo em 585.

Quanto às restantes linhas de muralhas, diferentes das mencionadas, já o leitor, ao visitar o imponente e belo conjunto denominado vulgarmente «Castelo de São Jorge», se encontra habilitado a julgar, por comparação com os modelos árabes, que apresentámos nos nossos trabalhos, se as muralhas de Lisboa foram ou não erguidas pelos conquistadores mouros.

A resposta não pode, por forma alguma, deixar de ser negativa. Ora isto impõe se estabeleça definitivamente que as primeiras muralhas de Lisboa, — que constituem a quase totalidade, ainda, das suas fortificações não identificáveis com a Cerca Fernandina, e ressalvada a obra posterior aos Filipes, de defesa à Vauban, — são necessariamente romanas, por não serem tão-pouco visigodas ou suevas, visto que nem Suevos nem Visigodos precisaram de construir aí qualquer troço, só quando muito repará-lo.

Perguntar-se á: e os Bizantinos? Eis o que, ainda não apurado inteiramente antes de 1970 ou até essa data, ficará para determinar noutro ponto deste ensaio.

4. Resta, por último, referir-nos ao que Vieira da Silva chama *Castelejo*.

As modificações, sofridas no decorrer dos tempos, de tal modo alteraram o Castelo de São Jorge propriamente dito, que nem uma simples porta ou muro apresenta, nas muralhas genuínas — as exteriores — da fortificação legitimamente assim chamada, em que se reconheça anteriores caracteres construtivos da época do domínio árabe. A principal porta é já do gótico cristão, por não ter fecho de arco.

Saindo do Castelo de São Jorge *stricto sensu*, as outras portas, especialmente a de Martim Moniz, onde figura, num nicho, uma cabeça romana, indevidamente suposta do referido Martim Moniz, são romanas de material de aproveitamento. Na parte exterior da chamada «Porta de Martim Moniz» reconhece-se também junto às bases das paredes do primitivo castelo romano, ou do que dele resta (a Alcáçova, onde o Castelo de São Jorge se acha inserido), a originária técnica romana do amuralhado. No interior encontram-se ruínas de algumas edificações, que devem remontar na sua antiguidade ao período romano e não ao dos Mouros, por a sua técnica construtiva parecer inteiramente discrepante da das construções árabes de Sintra, do Sul do país, de Marrocos; ressalvando-se, como dissemos, alguns restos de paredes, resultantes porventura de reparações.

Isto sem desconhecer, por forma alguma, que no decurso dos

séculos muitas casas e edifícios vários foram levantados no recinto da Alcáçova, designadamente na Idade Média. Porém, ou se aproveitou, como é de crer sucedesse em geral, os fundamentos ou as paredes romanas, inclusive das muralhas, ou o arrasamento geral, que se fez no restauro concluído para as comemorações de 1940, deixou aqueles fundamentos à mostra...

Eis mais ou menos as conclusões a que chegámos até 1970, e então tornámos públicas.

V. A INICIATIVA DO RESTAURO E O PENSAMENTO DE VIEIRA DA SILVA

1. É ocasião de invocar o conhecido rifão popular: «Não há bela sem senão». Também toda a obra humana é por natureza imperfeita... e desta regra não excluimos a nossa, evidentemente.

Antes de o pôr a nu quanto à obra de Vieira da Silva a respeito do tema que nos ocupa, queremos prestar homenagem a este olisipógrafo, o maior que temos tido. Se o Castelo de São Jorge, de Lisboa, se apresenta a nossos olhos em sua deslumbrante beleza, isso a ele se deve.

Bem andou a Edilidade Lisbonense, ao divulgar e tornar conhecida a obra escrita de Vieira da Silva, integrando-a nas publicações municipais de Cultura.

Dando-nos ao exame da fecunda acção do investigador mencionado, soubemos assim ter sido pela Portaria de 29 de Agosto de 1938, que se nomeou uma Comissão para o estudo dos trabalhos de restauração do Castelo, designando o Engenheiro Augusto Vieira da Silva à cabeça da lista dos Vogais da mesma, na qual figuravam, a seguir portanto ao seu nome, o Arquitecto Baltazar da Silva Castro, o Arquitecto Gustavo de Matos Sequeira, o Engenheiro João Paulo Nazaré de Oliveira e o Licenciado em Direito José Maria Albuquerque da Costa Brandão. Presidia à dita Comissão, conforme o citado diploma, o Engenheiro Henrique Gomes da Silva.

Todos confiaram no plano elaborado pelo Engenheiro Vieira da Silva, dando-lhe a sua plena aprovação, como se vê do «Boletim da Ordem dos Engenheiros», onde o ilustre olisipógrafo insere um relatório ou artigo, intitulado *O Castelo de Lisboa — Trabalhos de restauração realizados em 1939-1940*, dizendo a certa altura:

Além das demolições dos edificios dos quartéis e de outras construções no interior do Castelejo, e do restauro deste, fizeram-se grandes desaterros, tanto nas paredes, especialmente nos sítios onde teria sido a

cava, como pela banda exterior da fortificação, onde existiam numerosas barracas encostadas às muralhas ou dispersas pelas encostas, com o fim de desafrontar a vista do Castelo, e de se abrir uma estrada de circunvalação e de acesso à fortaleza, a qual, começando no Largo Rodrigues de Freitas, contorna o cume do monte pelos lados oriental, norte e ocidental, e vai terminar na Praça de Armas.

Os nossos vindouros já verão o Castelo restaurado, e pelas descrições, de como ele era, e por esta rápida resenha dos trabalhos efectuados poderão imaginar quão considerável esforço técnico e económico se despendeu com as referidas obras de restauração, e que importante serviço foi prestado à cidade de Lisboa, não só conservando um padrão da Arte Militar da época medieval, testemunha de factos memoráveis da nossa História, relacionados com os feitos guerreiros da fundação e independência de Portugal e com os movimentos revolucionários da emancipação do jugo de Castela, nas épocas de Dom João I e Dom João IV, mas recordando que foi o Castelo o embrião do povoado, que com o volver dos séculos se desenvolveu e alastrou, até chegar a ser a extensa e bela cidade que é hoje capital do Império Português.

2. Importa conhecer bem o pensamento de Augusto Vieira da Silva, para assim nos orientarmos na interpretação das obras de restauro, e na crítica destas, convenientemente.

Na sua já citada obra *O Castelo de S. Jorge de Lisboa* (1937), dizia:

Os Romanos, depois de ocuparem a cidade, trataram provavelmente de a fortificar segundo o seu costume, não só para a poderem manter facilmente na eventualidade de futuros ataques, mas para provocarem a colonização dos arrabaldes, e atraírem colonos que ao abrigo da guarnição e das fortificações da cidade encontrassem protecção contra os bandos de salteadores que em diferentes épocas infestaram a Península Ibérica, impedindo os progressos do comércio e da agricultura.

Pela vertente sul do monte do Castelo, até ao Rio Tejo, achavam-se espalhadas as edificações; aí existiam: um teatro dedicado ao Imperador Nero no ano 57 d. C.; umas termas, dos Cássios, reconstruídas no ano 336 d. C.; uma *fábrica* (edifício) *grande e majestosa*, no sítio do grande prédio que forma a face norte do Largo da Madalena; no vale da nossa Baixa, pelo qual entrava então um braço do Tejo, ainda provavelmente navegável, havia hortas, outras termas dedicadas a Esculápio por dois Augustais, e um cais ou torre isolada, de que se descobriu um massame soterrado, pela altura do cruzamento da Rua dos Retroseiros com a do Arco do Bandeira, e cujo destino exacto se não pôde averiguar; um pedestal (?) de estátua soterrado, no sítio de um prédio da Rua das Canastras, em frente da Travessa de Santo António da Sé; além de muitos fragmentos de pedras trabalhadas, e de numerosas inscrições.

Águas para os gastos domésticos, havia-as em abundância, provenientes do lençol aquífero que existe nas entranhas do monte do Castelo, e que eram aproveitadas nas fontes e chafarizes que depois se chama-

ram de Elrei, da Praia e de Dentro; as águas para banhos, além das duas termas mencionadas, eram fornecidas pelas *alcaçarias* de *Alfama* (do árabe *al-ham[m]a*, fonte [de água] quente).

Presumimos que as fortificações romanas de Lisboa consistiriam, segundo o seu sistema defensivo, no *castellum* e em *fortes isolados*. Quanto a estes últimos não se conhece vestígios de nenhum, a não ser que o massame de alvenaria acima mencionado, descoberto no solo da Baixa, seja o *restante de uma torre ou atalaia romana*, como presume o arqueólogo que o estudou. Pelo que respeita ao *castellum* ou fortaleza por excelência, seria a obra defensiva situada no alto do monte, qual sentinela vigilante, e que seguia talvez o mesmo traçado que ainda conservam as muralhas de uma pequena parte do actual Castelo, que adiante descrevemos com o nome de *Castelejo*.

Os Mouros, portanto, é que viriam a construir «as linhas de fortes muralhas que constituem os diferentes recintos do Castelo, a *Cerca Moura* e as *obras destacadas*», segundo Vieira da Silva.

Assim:

Quando em 1147 a cidade caiu para sempre no poder dos Cristãos, tomada depois de demorado cerco pelo exército de Afonso Henriques, aliado com tropas de origem francesa, alemã e inglesa, era Lisboa fechada por uma linha de muralhas, que constituíam a *Cerca Moura*, mais tarde — depois de construída uma nova linha de muralhas por D. Fernando em 1373-75 — chamada *Cerca Velha*, fortíssimo recinto, que permitiu aos Muçulmanos resistir, durante quase quatro meses de cerco, a tropas numerosas, aguerridas, munidas dos mais aperfeiçoados meios de ataque então em uso, e além disso incitadas pelo ódio de religião e de raça.

Muitos dos edifícios construídos pelos Romanos ficaram fora do recinto da *Cerca Moura*, o que denota que já então estavam demolidos ou soterrados, ou que se achou grande inconveniente em prolongar o traçado das muralhas, para os abranger no seu âmbito. Assim, ficaram de fora os banhos e as outras edificações do vale da Baixa e das *alcaçarias* de *Alfama*.

Dentro das muralhas foram construídas mais tarde, segundo é tradição, pelo menos duas mesquitas: uma no local da igreja de Santa Maria Maior, ou Sé, e outra no da igreja de Santa Cruz do Castelo.

3. Onde Vieira da Silva, porém, é perfeitamente claro, é na sua obra *A Cerca Moura de Lisboa*, que abre pelas seguintes palavras:

O mais antigo Povo do período histórico, que incontestavelmente deixou vestígios do seu domínio nesta região ocidental da Península Ibérica, foi o Romano.

É provável que se lhe deva a primeira fortificação do alto do monte, onde hoje campeia o Castelo de S. Jorge, e que a população fosse também defendida por torres ou fortes isolados, segundo os processos usados por aquele Povo para defesa das povoações.

E em nota vem-se escudar no *Dictionnaire raisonné de l'Architecture française, du XI au XVI siècle*, de Violet-le-Duc, no seguinte passo:

Os Romanos levantavam também torres isoladas fora das fortalezas, espécie de obras avançadas, que protegiam um ponto fraco, uma passagem fluvial, e dominavam o campo. Estas torres estavam no lugar do que chamamos hoje fortes destacados; por vezes ligava-as um *vallum*, ou relevo de terra com fosso, quer a outras torres quer às muralhas da cidade.

Vê-se, por conseguinte, que o Castelo de São Jorge propriamente dito, ou *castelejo*, na terminologia de Vieira da Silva, era para ele originariamente, fundamentalmente romano. Mas os Árabes, tomando posse dele, «trataram — diz — de transformar a povoação numa praça de guerra de primeira ordem, aproveitando porventura parte das fortificações levantadas pelos Romanos, e constituindo, em época que se desconhece, os recintos de fortes muralhas que constituíam o *Castelo*, a *Alcáçova* e a Cerca propriamente dita. À mesma organização defensiva — acrescenta — deviam ter pertencido também algumas torres avançadas ou destacadas, de que se conserva ainda a Torre de São Lourenço, na Rua da Costa do Castelo...».

Voltando a pôr a questão de as muralhas da Cerca dita por ele Moura, ou «Cerca Velha», terem sido construídas pelos Visigodos ou pelos Árabes — nunca pelos Romanos! —, mais uma vez se inclina para a última opinião, por lhe parecer, «pelo que se conserva das muralhas e da Cerca», que «se verifica que apresentam elas as mesmas características das cidades fechadas de origem muçulmana de Espanha e da Costa Setentrional de África», embora os «constructores e architectos militares visigodos» preconizassem — diz, baseando-se na opinião de Violet-le-Duc ainda — o mesmo sistema.

4. Em síntese, referindo-nos ao Castelo primitivo, romano segundo Vieira da Silva («Castelejo»), às supostas «torres isoladas»; à Alcáçova, ou Cidadela, à Cerca Velha («Moura» para Vieira da Silva) e enfim à Cerca Nova, ou Fernandina, podemos distinguir com o autor citado, e de acordo com as suas teorias, os seguintes elementos nas fortificações de Lisboa, por ordem cronológica e das respectivas áreas, cada vez mais vastas:

a) *O Castelo de São Jorge*. — «Dentro da Cidadela, no seu canto noroeste, há um outro reduto amuralhado, que os nossos antigos cronistas consideravam o *Castelo* propriamente dito da cidade, também designado, na linguagem popular, por *Castelo dos Mouros*», escreve

o citado olisipógrafo, que também o denomina *Castelejo* (do espanhol «castillejo»), como vimos. Embora conservando «quase inteiramente, no decurso dos séculos, os seus característicos de obra militar medieval», era contudo na origem, segundo o ilustre autor, a «organização defensiva do *castrum romano*, no alto do monte», ou seja, o próprio castro ou estabelecimento militar romano, como já referimos, a que chama também *castellum*.

Além do Castelo propriamente dito, haveria nos tempos romanos as torres destacadas, disseminadas pelos terrenos de campo. Nada as ligava ao tal *castrum*, pois a Torre de São Lourenço «é de origem muçulmana ou contemporânea das muralhas do *Castelejo* (?) e da Cerca Moura», e esta é que se encontrava «ligada com o *Castelejo* (...) por um lanço de muralha rectilíneo, subindo pela encosta, e que já se observa nas mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa».

Fácil é notar que Vieira da Silva manifesta alguma indecisão quanto ao Castelo ou «*Castelejo*», ao falar da sua romanidade ou do seu medievalismo, duma parte; e de outra, aqui, admitindo que ele tinha pelo menos certos panos de muralha de feitura muçulmana. Mas, na sua ideia, tudo proviria da secular continuidade e evolução, através dos séculos e dos dominadores.

b) *A Alcáçova ou Cidadela*. — «Na organização defensiva de Lisboa, como ela era no meado do século XII, o povoado da cidade, que se estendia do alto do monte do Castelo, no coração de Lisboa, a uma altitude máxima de 95 metros, pela encosta sul abaixo até à beira do Rio Tejo, era envolvido por uma cinta de muralhas, conhecida, como já dissemos, por *Cerca Moura* ou *Velha*» — diz A. Vieira da Silva.

«No planalto mais elevado do monte havia outra cinta de muros, fechando um espaço, que nos antigos documentos se chamava *Cidadela* ou *Alcáçova*. Encerra ela ainda hoje a população da freguesia de Santa Cruz do Castelo, uma das fundadas, segundo é tradição, por D. Afonso Henriques depois da Conquista de *Lissibona* aos Muçulmanos.

Tendo D. João I erigido S. Jorge Padroeiro do Castelo, e do Reino de Portugal, passou a denominar-se o recinto da freguesia, ou a *Cidadela*, *Castelo de S. Jorge*.

Dentro da *Cidadela*, no seu canto noroeste, há um outro reduto amuralhado, que os nossos antigos cronistas consideravam o *Castelo* propriamente dito», etc. (v. *supra* o restante).

c) *A Cerca Velha, dita Moura*. — Já ficou suficientemente

exposto o que Vieira da Silva considerava como tal, reputando esta cerca ou cintura de muralhas obra dos Árabes.

Descia até às águas que banhavam Lisboa.

d) *A Cerca Nova, Fernandina*. — A ela dedica Vieira da Silva os dois eruditos volumes da sua obra *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Socorre-se, para a descrever, de Fernão Lopes, que na *Crónica de Dom Fernando*, capítulo LXXXVIII, dá indicações assaz precisas, como vamos ver.

V. A CERCA NOVA, OU CERCA FERNANDINA

1. Vieira da Silva estudou minuciosamente a Cerca Nova. E ele afirma:

A Cerca Moura, que limitava a cidade muçulmana (...), ocupando o monte do castelo de S. Jorge e a sua vertente sul até ao Rio Tejo, tinha em planta a forma vagamente trapezoidal, com os lados paralelos na direcção leste-oeste, e os outros lados convergentes na direcção sul-norte.

Depois de entrar na posse dos Cristãos em 1147, foram-se criando, da banda de fora dos lados oblíquos da planta da cidade moura, zonas urbanizadas, que do lado ocidental constituíam o arrabalde a que chamamos *a Baixa*, com prolongamentos para o Monte de Sant'Ana, para o norte, e para os Montes de S. Roque e de S. Francisco, para o poente; e que do lado oriental formavam o Bairro de Alfama, com ramificações para o Monte da Graça, para o norte, e para Santa Clara, para o nascente.

Vieira da Silva explica que o passo, que a seguir com ele transcrevemos, do príncipe dos nossos Cronistas, se refere aos acontecimentos que se deram «depois do assalto, roubo e incêndio que à cidade havia infligido o exército do Rei D. Henrique de Castela».

Lê-se pois em Fernão Lopes, na *Crónica* do nosso Rei Dom Fernando:

... Partiu d'Évora, e vêo-se a Lixboa, e começou de cuidar no mal e dano, que o pôbo da cidade havia recebido per duas vezes dos Castelãos [i. é, Castelhanos], e como especialmente houveram grã perda os moradores de fóra da Cerca, em grandes e fermosas casas e muitas alfaias e outras riquezas que levar não puderam consigo, quando Elrei de Castela vêo sobre ella; e esto porque muitas das mais ricas gentes moravam todos fóra, em hum grande e espaçoso arravalde, que havia a redor da cidade, des a Pôrta do Ferro até a Porta de Santa Catelina, e des a Torre d'Alfama até a Porta da Cruz. E (...) determinou em sua vontade de a cercar, toda a redor, de boa e defensável cerca, de guisa que nenhum Rei lhe pudesse empecer, salvo com grande multidão de gente e fortes artefícios de guerra. (...) E foi (...) acordado que comesassem a cercar pri-

meiramente da Porta de Martim Moniz, vindo pera a Porta de Santo André; des hi per Santo Agostinho e per São Vicente de Fora, e assi pella Ribeira até a Torre de São Pedro. (...) E per esta guisa, com a ajuda de Deus, foi de todo mui cedo cercada, ca ella foi começada em 411, e acabou-se em 413 (...).

Vieira da Silva esclarece que a Cerca Nova ou Fernandina, assim, começava o seu lanço ocidental «no Castelo de São Jorge, inserindo-se na muralha deste entre as torres que designamos pelos números 6 e 7 no nosso [dele] trabalho sobre o Castelo.

Descia ao vale da Mouraria, que atravessava no sítio do actual Largo de Martim Moniz; subia a encosta do Monte Sant'Ana até ao cruzamento da calçada deste nome com a Rua Martim Vaz; descia ao vale da Avenida, que atravessava no sítio da Travessa do Forno e Praça de Dom João da Câmara; subia até ao actual Largo de São Roque; e dele descia em direcção ao Tejo, passando pelo Largo do Chiado e Esplanada Bragança, de onde voltava para o nascente até ao sopé da actual Travessa do Cotovelo».

2. O citado autor prossegue, para se referir ao encontro da Cerca Fernandina com a «Cerca Moura». Diz:

Neste sítio começava o lanço marginal ocidental, ao longo da margem do Tejo, fechando a embocadura do vale da Baixa, até se inserir nas muralhas da Cerca Moura, um pouco a nascente do actual Arco Escuro. Este lanço marginal da Cerca já foi estudado no nosso trabalho sobre *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, para o qual remetemos os leitores.

O lanço ocidental da Cerca Fernandina, desde o Castelo de S. Jorge, por Sant'Ana e São Roque até ao Corpo Santo, media 2,05 km.; e o lanço meridional desse lado, desde o Corpo Santo até ao edificio da Misericórdia, media 0,72 km.; encerrando estes dois lanços, com o ocidente da Cerca Moura, uma área anexada, com 61,27 hm².

O lanço oriental da cerca entroncava igualmente no Castelo de São Jorge, numa torre desaparecida, mas que se vê desenhada na planta de Tinoco (1650), entre as torres que numeramos 36 e 51; descia pela encosta do Monte do Castelo até ao local onde existiu o Arco de S.to André; subia o Monte da Graça; descia pela vertente oriental deste em direcção ao Rio Tejo, atravessando o terreno dos edificios do Mosteiro de S. Vicente e da Fundição de Cima, até ao sítio do Arsenal do Exército, ou Largo do Museu de Artilharia.

Aí fazia a cerca um ângulo quase recto, voltando para o poente ao longo da ribeira do Tejo, constituindo o lanço marginal oriental, que se ia ligar à Torre de São Pedro ou de Alfama, da Cerca Moura de Lisboa.

O lanço oriental da Cerca Fernandina, desde o Castelo de São Jorge, pela Graça, até ao Largo do Museu de Artilharia, media 1,38 km.; e o lanço marginal oriental, desde este largo até à Torre de São Pedro ou de Alfama, media 0,54 km.; limitando estes dois lanços, com o oriental da Cerca Moura, uma superfície territorial anexada, com 26,65 hm².

Fernão Lopes, que Vieira da Silva cita, diz que a Cerca Nova ou Fernandina tinha «setenta e sete torres a redor de si».

Vieira da Silva continua a sua descrição:

Na cinta de muralhas, que fechava a cidade de Lisboa, depois da construção da Cerca de D. Fernando ficou incluído um pequeno lanço da frente norte do Castelo de S. Jorge, em que os antigos escritores contavam a Porta de Martim Moniz, e algumas vezes também a da Traição, e outros ainda a do Norte; e bem assim o lanço marginal da Cerca Moura, desde o edifício da Misericórdia até à Torre de Alfama ou de São Pedro, em que se incluíam as três portas seguintes: Portas do Mar (hoje Arco das Portas do Mar); Postigo do Conde de Linhares (actualmente Arco de Jesus); Portas do Chafariz d'Elrei (transformada). Destas seis portas, que não pertencem à Cerca Fernandina, não nos ocuparemos no presente estudo.

A elas dedica Vieira da Silva o seu estudo no livro *A Cerca Moura de Lisboa*. Mas é na obra *A Cerca Fernandina de Lisboa* que as enumera.

3. Na sua obra *A Cerca Fernandina de Lisboa*, de facto, o citado olisipógrafo enumera as portas desta, a saber: Postigo de S. Lourenço (demolido em 1700); Portas de S. Vicente ou da Mouraria (transformadas em arco em 1674); Porta ou Postigo da Rua da Palma (aberta no séc. XVI e demolida após o terramoto de 1755); Postigo da Rua da Péla, ou do Arco da Graça (demolido em 1835), e de Sant'Ana (em 1676); Portas de Santo Antão, ou de S. Domingos (com o terramoto); Porta ou Postigo das Estrebarias de Elrei desaparecida nos fins do séc. XVI; Postigo do Condestável (entaipado c. 1542), de Álvaro Pais, ou de S. Roque (aberto c. 1502, demol. em 1837), e da Trindade (ab. em 1556 ou 1560, demol. c. 1682); Portas de Santa Catarina (demol. em 1577 e 1702); Postigo do Duque de Bragança (desapar. depois do terramoto), e da Martes, ou Arco das Fontainhas (idem), e no lanço ocidental todos.

No lanço oriental as seguintes aberturas: Porta ou Arco de Santo André (demol. em 1913); Postigo do Caracol da Graça (c. 1700); poterna no muro norte do edifício do Convento da Graça; Porta ou Postigo de Nossa Senhora da Graça, ou de Santo Agostinho (demol. c. 1700); Postigo de S. Vicente (ab. nos fins do séc. XVII, demol. 1748); Porta de S. Vicente, ou Postigo do Arcebispo (demol. pouco após 1864); poterna no ed. da Fundação de Cima; Portas da Cruz (dem. 1775); Postigo da Lapa (demolido); Porta da Ribeira (dem. 1775?); Postigo do Ramoso (dem.), e da Pólvora (id.); arco no Beco do Penabuquel (ab. pouco antes de 1650); segunda Porta do Chafariz

dos Cavalos, ou de Dentro (ab. para as lavadeiras, pouco antes de 1650?, dem. 1765); primeira ou primitiva Porta do dito Chafariz (dem. 1765); Postigo de Alfama, ou das Alcaçarias (dem.), e de São Pedro (id.).

Na Ribeira, a oeste da Misericórdia: Porta Nova do Mar (contígua a esta) e da Portagem; duas Portas da Ribeira; Arco do Açougue, e dos Pregos; Porta ou Postigo da Moeda (?); Arco dos Passarinhos (?); Porta da Tercena, dos Armazéns e (ou: Arco) do Ouro ou da Oira; Postigo do Carvão ou de Lopo Mendes, ou Arco do Espinho; Porta de Câtequefarás, ou Arco dos Cobertos, ou Postigo do Corpo Santo.

E ainda incorporadas aí, da *Cerca Moura*, mais estas portas: Arco das Portas do Mar, e da Conceição; Escadinhas do Pátio do Marquês de Lavradio; Arco de Jesus, ou Porta do Mar a São João; Postigo do Conde de Linhares (?), e Portas do Chafariz d'Elrei. Enfim, as seguintes portas do *Castelo de São Jorge*, incorporadas: Porta da Traição, Porta do Norte e Porta do Moniz.

Eis o vasto panorama, que o leitor seguirá por um mapa, admirando, como nós, a erudição de Vieira da Silva e a extensão das suas pesquisas.

4. Vieira da Silva diz-nos ainda:

As muralhas, tanto quanto se pode saber hoje, eram de alvenaria, umas inteiramente maciças, e outras formadas por dois muros paralelos de alvenaria com cerca de 0,5 m. de espessura, cujo intervalo era preenchido com *taipa muito calcada*. Possuía esta última estrutura, como tivemos ocasião de examinar em 1900, quando estava sendo demolido o muro que descia da Costa do Castelo até à Mouraria; e assim se explica a facilidade com que um seu proprietário pôde muito à vontade *escavar a taipa e formar um túnel ou galeria por dentro do muro, para seu serviço privativo* (...).

A muralha da Cerca tinha altura variável, regulando por 8 m.; a bitola da espessura parece que foi fixada em 8 palmos de craveira (1,75 m.), ou 10 palmos (2,20 m.), conforme a maior ou menor vulnerabilidade que se atribuía aos locais; mas ou de origem, ou porque tivessem sido demolidos parcialmente, ou devido a reconstruções, encontram-se hoje nos muros conservados, ao longo do traçado, espessuras variadas, além das citadas.

Fiquemos por aqui nestas já longas transcrições das obras de Vieira da Silva, necessárias entretanto para cabal entendimento das suas teses, que teremos de criticar em parte, e porque o alargamento ou lançamento da nova muralha, de Dom Fernando, nos indica, por exclusão de partes, — devidamente definido o que a mais ela abran-

geu além da Cerca Velha, — os limites desta. Note-se porém que a muralha com taipa (*opus signinum*), aqui falada, é caracteristicamente romana... e da Cerca Velha!!

VI. GENERALIZA-SE A CONCEPÇÃO DE VIEIRA DA SILVA

1. Já acima dissemos que o plano do Engenheiro Vieira da Silva fôra aplaudido e aprovado por toda a Comissão nomeada para estudar o restauro do Castelo de São Jorge (V, 1). Mostraremos agora como as suas ideias se generalizaram, passando como que a tornar-se lugar-comum. Bastarão dois exemplos, que serão também transcrições.

No meritório *Guia de Portugal*, dirigido por Raúl Proença, no seu 1.º volume, dedicado às «Generalidades» e a «Lisboa e arredores», encontramos o estudo ou artigo consagrado ao «Castelo de São Jorge», da autoria de Matos Sequeira e de Nogueira de Brito, com invocação expressa da obra já citada de Augusto Vieira da Silva, àquele Castelo dedicada, na 1ª edição, que é de 1898.

Diz-se aí o Castelo de São Jorge «assim nomeado pelo Rei Dom João I, e dentro de cujas muralhas se abriga a freguesia de Santa Cruz». É o conceito amplo do «Castelo», coincidente com a área da Alcáçova. E mais:

O portal de entrada, a sudeste, erguido em 1846, ocupa o lugar da antiga *Porta da Alcáçova*, chamada depois *de São Jorge*. Na retaguarda uma escada dá acesso a uma varanda de vigia. As outras duas portas de acesso ao Castelo são as *de Martim Moniz e da Traição*. A primeira, que fica a nordeste, dá passagem para a encosta do lado de Santo André, remontando talvez a sua construção ao reinado de D. Fernando. Ainda tem batentes de madeira e couceira de pedra. O seu nome deriva do feito lendário de Martim Moniz, um dos Capitães de Afonso Henriques, que no assalto de Lisboa se sacrificou, atravessando o corpo na porta, para que os que o seguiam pudessem entrar na cidade. Sobre a porta, uma lápide comemorativa do feito, ali colocada em 1646. A *Porta da Traição*, designação comum a portas de muitos castelos, deve ser coeva dos Mouros, e fica situada entre as torres do Norte. (...)

O *Castelejo* devia ter sido a primeira obra de defesa de Lisboa. No alto desse outeiro foi certamente o vetusto castro romano, completado porventura na sua obra defensiva com torres isoladas, sobre uma das quais se edificou a Torre de São Lourenço, na Costa do Castelo, e outra de que se encontrou o massame dos fundamentos no subsolo da Rua da Conceição, em frente à do Arco do Bandeira.

Como se vê, é clara a inspiração de Vieira da Silva, e clara a explicitação da tese deste sobre a origem romana do Castelo propriamente dito.

Muito de acordo com Vieira da Silva, também, o considerar que aquela Torre de S. Lourenço fôra edificada sobre uma primitiva que, tal como essa, protegia a Porta de São Lourenço, e que por isso Vieira da Silva denominara «Torre de São Lourenço».

Sem contradição, não admira que os pressupostos de Vieira da Silva norteassem as obras de restauro.

2. As suas ideias ainda encontram eco, hoje, segundo se vê — e é o segundo exemplo escolhido por nós — no volume *Lisboa — Primeiro Tomo da obra Monumental e edifícios notáveis do Distrito de Lisboa*, editado pela Junta Distrital de Lisboa em 1973, e dirigido por D. Fernando de Almeida. Com efeito, aí se encontra um artigo, assinado M. A. (ou seja: Manuel Ataíde), e intitulado «Castelo de S. Jorge», onde se diz:

Não há suficientes elementos que nos permitam estabelecer, com segurança, a História do Castelo de Lisboa, anterior à fundação da Nacionalidade. Sabe-se, contudo, que o romano D. Júnio Bruto, cerca do ano 137 a. C., construiu uma linha fortificada no alto da colina sobranceira à povoação, muito provavelmente sobre as ruínas dum castro preexistente. Os Visigodos, sucedendo à dominação romana, e os Muçulmanos, mais tarde, teriam adaptado esse castelo às suas concepções militares. É, pois, muito verosímil que o sistema defensivo encontrado por D. Afonso Henriques conserve muito da sua origem romana. O Rei não teria tido mais trabalho do que o de conservar o que encontrou, e em que se distinguem três zonas, a saber: a Fortaleza, impropriamente conhecida por Castelejo; a Cidadela, sucessora da Alcáçova mourisca, que encerrava nas suas muralhas, à maneira medieval, os edifícios importantes e o núcleo primitivo da população; a cinta muralhada, designada por Cerca Velha ou Moura, tornada necessária pela expansão do burgo, extravasado da Cidade exígia até o rio.

A última parte do passo transcrito reconduz-nos às teses de Vieira da Silva. No entanto, não deixaremos de assinalar a observação inicial do autor dessas linhas, referindo-se a um castro pré-romano e à conservação, no tempo de Afonso Henriques, de muitos elementos romanos. Observação a revelar aí um arqueólogo, que Vieira da Silva não foi.

VII. MEDIEVALISMO DO CASTELO NOVO DE SÃO JORGE

1. Feito o restauro na base das ideias defendidas por Vieira da Silva, sucede que este viria a dar conta de que o *Castelejo* não era, mesmo na origem, romano! Em 1949, no segundo volume da sua obra *A Cerca Fernandina de Lisboa*, o autor conclui-a com uns «Adi-

tamentos e rectificações aos nossos trabalhos sobre o *Castelo de S. Jorge* (2.^a ed., 1937), *A Cerca Moura de Lisboa* (2.^a ed., 1939), *As Murallas da Ribeira de Lisboa* (2.^a ed., vol. I, 1940; vol. 2.^o, 1941)». Aí textualmente escreve:

Algumas notas sobre o Castelo de S. Jorge de Lisboa publicadas posteriormente a 1937:

Depois da publicação da 2.^a edição de *O Castelo de S. Jorge*, foi ele objecto de grandes obras de restauro por motivo das Comemorações Centenárias em 1940, e alguns trabalhos têm sido publicados, que poderão ser consultados por quem quiser conhecer os factos mais recentes da História da fortificação.

De entre essas obras mencionaremos *O Castelo de S. Jorge*, por Domingos João de Castro, in «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», n.^{os} XXV-XXVI, Setembro a Dezembro de 1941.

Como, porém, o nosso trabalho inicial poderá servir de base a quem se proponha conhecer pormenorizadamente a estrutura e a História, principalmente a mais antiga, da fortificação, vamos dar algumas notas, e fazer algumas rectificações ao que nele dizemos.

2.^o CASTELO DE LISBOA (pág. 29).

«O *Castelo* (está) *no mesmo monte que hoje, mas noutro, porque o presente he já segundo*».

Esta citação de Vieira da Silva é extraída, diz ele em nota, de Frei Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana*, Parte VII (ed. de 1727, pág. 165, col.^a 1.^a). Há aí uma gralha evidente: a seguir a «noutro» falta a palavra «lugar».

Continua porém o grande olisipógrafo os seus aditamentos e rectificações deste modo:

Que mistério está aqui anunciado? [*É gralha por «enunciado»*].

DEMOLIÇÃO (!?) DO CASTELO DE LISBOA EM 1384 (pág. 39):

Fernão Lopes diz-nos que os cidadãos de Lisboa, entre muitas coisas que pediram ao Mestre de Aviz, e que este lhes concedeu como prémio da valentia com que se portaram, para defender a cidade do jugo a que Castela pretendia sujeitar o Reino inteiro, foi que *mandasse logo derribar o Castello da cidade*; pelo que, *sendo outorgado per elle, foi deitado em terra sem mais tardança*.

E mais adiante confirma que antes do fim do mesmo ano já estava derribado.

Em nota, Vieira da Silva reporta-se à *Crónica de Dom João I*, 1.^a Parte, e logo comenta:

Mas o que seria o Castelo de Lisboa, que aquele cronista diz ter sido rapidamente derribado? Não era certamente o Castelo de São Jorge, que nós temos ainda o prazer de ver no alto do monte do seu nome.

Como é óbvio, não se podia derribar o *novo* Castelo, porque ele ainda não existia... Seria construído posteriormente, nos moldes que lhe conhecemos hoje. E não existia, porque não há notícia de dois Castelos, antes de «o Castello da cidade» ser derribado.

Vieira da Silva, na pergunta ultimamente transcrita, não é isento de equívocos, assim como na resposta que dá.

2. A verdade é que, em face do testemunho arquivado em Fernão Lopes, caem por terra as teorias que pretendem fazer do Castelo Novo, de São Jorge, o *castellum* ou *castrum* romano, isolado no alto do monte, a olhar as torres dispersas, isoladas também no campo, e unidas entre si tão só por um *vallum* ou valado contínuo com seu fosso (cfr. *supra* V, 3). De igual forma, a técnica da sua construção não é romana em seu conjunto arquitectónico, assim como não é árabe, segundo o leitor poderá verificar, se recorrer às nossas anteriores publicações, e comparar esta técnica, dita cristã, à revelada nas gravuras, que ali damos, relativas a muros árabes e romanos, salvo numa parte romana que, até certo ponto, foi aproveitada, a oeste.

O que o Mestre de Aviz derribou, foi-o no «Castelo» Velho, na Cidadela ou Alcáçova, necessariamente só o troço mais visível e importante, e nunca os paredões que também serviam de suporte de terras, além dos que se mostra haverem sido aproveitados, como se dirá, para outras edificações. O essencial era que tal derrube tornasse o Castelo devassado, impossibilitando resistência. O Povo assim o exigia, e o Mestre assim o fez.

3. É inteiramente arbitrária, porém, a nosso ver, a elevação, que no restauro se fez, do muro que encontra, a ocidente, as paredes do Castelo —, segundo melhor se verá adiante, — por estar cortado.

Esse muro é certamente romano, e, como não estava na linha arquitectónica do Novo Castelo, joanino ou pós-joanino, desprezaram-no os construtores deste.

Procedeu-se a essa elevação nas obras de restauro, para fazer que o muro, de nível muito baixo, alcançasse as altas ameias do Castelo medieval, Novo, ou de S. Jorge (propriamente dito). Metendo-se os restauradores por esse caminho de fantasia, lançaram por cima do

muro uma escadaria de 147 degraus, em 7 lanços, até à Torre de São Lourenço, que fica em baixo, na encosta, a uma distância que, já o notou o erudito Norberto de Araújo, não excede 23 m.

Grande espanto havia de causar em Romanos, Germanos, Bizantinos, Árabes e antigos Portugueses esta engenhosa obra, destinada aos turistas... e que, aliás, diga-se, fechando os olhos à Arqueologia, não é nada feia!

4. Vejamos, entretanto, o que afirma a este respeito Vieira da Silva.

Escrevendo acerca da «Torre de São Lourenço» (terminologia sua, que praticamente se acha já consagrada), afirma que ela «estava ligada ao *Castelejo* (...) por um lanço de muralha rectilíneo [*sic*], subindo pela encosta, e que já se observa nas mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa», e menciona, para exemplificar, a iluminura do prólogo da *Crónica d'Elrei Dom Afonso Henriques*, de Duarte Galvão (1505). Continua:

Conforme se observa nessas vistas, o muro chegava, senão ao nível superior das muralhas do *Castelejo*, ao menos até próximo desse nível [!]; *tinha uma grande espessura*, que comportava, além de uma guarda ameaçada, a existência duma escadaria no seu coroamento [?], até ao terço da Torre de São Lourenço. A encosta, neste sítio, é muito áspera, o seu declive aproxima-se de 35°, e era por meio da escada a única forma de se transitar pela parte superior da muralha.

Fácil é ver que foi esta ilação que presidiu à construção da moderna escadaria. Prossigamos a leitura:

Os moradores da vizinhança, para exploração da pedra de alvenaria da muralha, com destino às suas edificações, têm-na roçado, de maneira que ela se acha actualmente reduzida, do terreno para cima, a um delgado muro divisorio incaracterístico.

Segundo nos foi afirmado em 1898 pelo proprietário da torre, existia, no ponto de inserção deste muro no Castelo, uma porta tapada, que então como hoje se não vê nem de dentro nem de fora do *Castelejo*(...).

Note-se agora o que o mesmo informador acrescentou ao insuspeito Vieira da Silva:

(...) Dessa porta, — acrescentava —, nascia um pequeno caminho quase horizontal, ao nível do terreno, e ainda sobre a muralha no extremo da qual, onde então se via um pequeno patamar, começava a escadaria para a Torre.

Segundo se depreende, pois, da informação, e a dar-se-lhe crédito, só havia escadas entre o «terreno natural», ou seja, o terreno que fica por fóra e abaixo do nível do Castelo, e a Torre, a partir dum caminho qualquer, de nível possivelmente artificial (pelo menos desde a época romana), que subira assim ao da parede amuralhada.

Deixemos porém isto, que são conjecturas, não obstante a sua verosimilhança, e ouçamos ainda o nosso Vieira da Silva:

Quanto à origem deste lanço de muralha, ou como pertencendo às fortificações muçulmanas, ou como fazendo parte da *Cerca Nova* ou de Dom Fernando, não existem, ou não conhecemos elementos escritos ou desenhados que nos permitam pender para uma ou outra hipótese.

A dúvida tem de ser posta, em nossa opinião, entre as fortificações romanas e as fernandinas, e não as pretensas «mouras», pelo que já dissemos e pelo mais que havemos de expor.

Já atrás mostrámos que Vieira da Silva admite que a Cerca de Dom Fernando, ou Cerca Nova, não ultrapassasse aqui a Cerca Velha, para ele Moura — que provaremos ser essencialmente romana e não árabe, o que, esperamos-lo, já o leitor vai compreendendo.

5. Em *A Cerca Fernandina de Lisboa*, o seu eminente autor, falando da inserção do lanço ocidental da Cerca Nova, ou Fernandina, precisamente nos muros do «Castelejo», afirma, com referência também à Torre de São Lourenço:

Na encosta, ou Costa do Castelo, existia e ainda se conserva uma elevada torre, que presumimos ter sido uma obra avançada das primitivas fortificações da Lisboa muçulmana, isto é, contemporânea da construção do Castelo de São Jorge [?] e da Cerca Velha moura.

A torre acha-se ainda ligada às muralhas do Castelo por uma quadrela ou lanço de muralha, e o seu adarve ou andaime, que comunicava o terraço ou eirado da torre com o Castelejo [*quod restat demonstrari...*], era todo em escadaria por causa do grande declive do terreno.

Depois de ter sido desengrossado pelos proprietários confinantes, a fim de tirarem pedra para a construção dos seus prédios, foi o muro reconstruído em 1940 [*sic*], por ocasião das comemorações da fundação e restauração do Reino, e ficou com 3 m. de espessura, como tinha tido, 7 lanços de escadaria com patins intermédios, e ameias da banda do norte. Deixou-se ficar um vão para passagem na estrada que então se abriu [*re-sic*], contornando as frentes norte e ocidental do Castelejo.

Não temos elementos para julgar se este pequeno troço da Cerca era também contemporâneo das construções da torre e das muralhas da Cerca Velha, ou se se deve fazer ascender a sua origem à época fernandina, que se sujeitaria à posição da torre já existente, incorporando-a no seu traçado.

Eis um trecho que revela as dúvidas e a confusão que persistiam na mente de Vieira da Silva, mesmo depois de as obras acabarem, infelizmente sem o estudo e esclarecimento prévio que se impunha. O (ilustre aliás) inspirador destas chega a falar aqui no Castelo Novo, pós-joanino — para ele antes romano —, como se pudesse constituir obra dos Árabes..., à semelhança do que pensava quanto à Torre de São Lourenço actual e à Cerca Velha; e já não sabe em que época nem com que técnica o suposto muro de ligação Torre-Castelejo teria sido levantado, mais a sua escadaria...

Afora isto, nem nos parece que as gravuras antigas patenteiem a existência da escadaria, nem tão-pouco a das ameias, que com vigias para o exterior foram postas no restauro, em toско. Pelo contrário, tais gravuras parece não mostrarem ameias no muro. Pertencendo este muro à Cidadela ou Alcáçova, e não ao Castelo joanino ou pós-joanino, tinha de ser romana, como romana era aquela Cidadela. Nestas condições, não teria ameias nem vigias, como não as possuíam todos os castelos romanos que estudámos nas obras anteriormente publicadas, e designadamente os do Norte do país. E, quanto à sua espessura, deveria ter-se tido em atenção que Vitrúvio, indiscutido mestre da fortificação no tempo dos Romanos, mandava fosse a largura das paredes ou muralhas só a bastante para que dois defensores ou combatentes pudessem um pelo outro passar, evitando acotovelar-se.

Enfim, das gravuras antigas, designadamente da de Bráunio, depreende-se que a muralha em questão investia a parede do Castelo Novo, — dito *Castelejo* —, abaixo, muito abaixo das ameias ou do alto do adarve deste, aonde foi alçapremado levemente.

Tal como se encontra, e independentemente dos arranjos «turísticos» do restauro, é um muro formado de pedra miúda e embebido em forte camada de cimento de cal, no género do *opus signinum* que os Romanos aprenderam no Oriente, evitando fazer muros todos de pedra talhada, à maneira grega, coisa demorada e incompatível com as necessidades das suas campanhas militares. Com efeito, bastava-lhes revestir, de fóra, essa larga e forte taipa formada com destroços — daí a presença de pedaços de telha e barro entre o cascalho —, por largos e pesados silhares de alvenaria. E assim faziam.

Naturalmente que as populações, uma vez abandonados, por inúteis, os castelos ou alguns muros destes, se apressavam a ir buscar neles esses preciosos silhares para as suas construções, quando não retiravam daí também obra mais trabalhada e até delicada, como estátuas, colunas, etc.

O muro em questão nada tem de *mouro*, senão o *recheio*, o que se apreende imediatamente, desde que se esteja a par do assunto.

A ligação da Cidadela à Torre de São Lourenço, que Vieira da Silva admite, invalida a sua hipótese de que ela fosse uma das torres isoladas a proteger um ponto fraco ou passagem de rio, que ali não corre... Além disso, a tão pequena distância, não se observaria a regra de Vitruvius, acima indicada (II, 2), de a colocar ao alcance máximo dum tiro de bésta.

A função da Torre de São Lourenço tinha que ser outra!

6. Estes os reparos fundamentais que se nos oferece opor às ideias de Vieira da Silva.

VIII. VESTÍGIOS PRÉ-ROMANOS

1. Entretanto, a antiguidade do recinto, a que se chama, em sentido amplo, «Castelo de São Jorge» e melhor se diria «Alcáçova», e das muralhas antigas da Cerca de Lisboa, ou Cerca Velha, até em alguns lanços é anterior aos próprios Romanos, que aliás construíram a maior parte de todas as fortificações.

A existência dum castro — ou *citânia* — pré-romano, ou lusitano, é admitida, ao menos como provável, pelo autor por nós citado no Cap. VI, 2, *supra*.

Os restos pré-históricos arrecadados no pequeno mas significativo Museu instalado na parte conservada do antigo Paço da Alcáçova, representam disso uma prova arqueológica insofismável (I, 3; III, 1; VI, 2).

Mas há outra prova inegável. Consiste ela na parte do muro que serve actualmente de suporte à esplanada da antiga Praça de Armas, e que vai desde o seu limite exterior até ao nítido corte que ali estabelece a continuação do muro, a qual apresenta características diferentes. Trata-se da primitiva *muralha castreja*, que patenteia forma construtiva sem silhares, antes informe, com grossos pedregulhos, do chamado tipo «ciclópico».

Impossível nos é dizer qual a sua espessura, porque a respectiva observação e determinação não a permite a terraplanagem, decerto posterior, que constitui o aterro ajardinado onde se encontra a estátua do primeiro Rei de Portugal, cópia da de Guimarães, da autoria de Soares dos Reis.

Esse muro estende-se pela rua acima, com as mesmas características. Importa, no entanto, fazer duas ressalvas importantes.

Por baixo dum candieiro de iluminação pública, e a principiar

nele, há uma estreita intersecção vertical, com material mais recente e indiscriminado, como uma tira, que tem na parte inferior, junto do solo, alguns silhares, — três, e outro partido, — para quem olha da rua. A posição dos silhares e o feitio da indicada tira de material diverso inculcam tivesse ali existido um paredão a toda a altura. Se este paredão, a toda a altura, fôra, como parece, perpendicular à rua, bem poderia constituir cobertura de silhares do interior da muralha castreja, aproveitada pelos Romanos como «miolo», digamos assim, em vez do *opus cementicium* — que, segundo já dissemos, dentro das suas muralhas tinham aprendido com os Orientais a fazer — ou *opus signinum*, ou formigão, semelhante, na função, à pedra miúda que, com outros materiais, é coberta pelas pedras quadrangulares que formam a silharia das muralhas de *Conimbriga*. Isto, claro está, só poderá ser confirmado por uma escavação devidamente orientada (caso contrário, é melhor não lhe bulir...).

Passada esta «tira» ou corte vertical, para que muitas hipóteses, além da formulada, podem ser aventadas, por exemplo a de uma construção diferente, ali inserida, recomeça o muro castrejo, com pedras variáveis, e algumas do tipo ciclópico, pela rua acima, segundo já dissemos.

2. Surge-nos então a matéria para uma segunda ressalva àquela asserção relativa ao muro castrejo. Primeiro, ao nível do mencionado candieiro, depois mais abaixo, sempre sem silhares romanos, o muro castrejo é substituído por camadas mais ou menos horizontais de pequenas partículas, formando uma parede com tipo construtivo inteiramente diverso, que o sobrepuja.

Esse tipo construtivo, que nada tem de castrejo, e, evidentemente, de romano, indica nitidamente um propósito e um sistema, e não se mostra casual, de maneira nenhuma: — é indiscutivelmente oriental a sua técnica, de muros não trabalhados em alvenaria, e sem revestimento, do género da «pregnant stone» ou «pierre du sud», de Baalbek, e dos muros de protecção ou «remparts» de Byblos, que se sabe, de ciência certa, serem fenícios (Líbano actual).

Aqui fica a nossa verificação, que certamente há-de interessar à História no que tange à presença dos Fenícios, ou dos Libifenícios, geralmente designados por Cartagineses, no nosso território. A não ser que outra explicação cabal possa ser dada, que não contrarie este dado da Arqueologia.

3. Descendo a encosta, passemos à Travessa das Merceiras, nas traseiras da Cadeia do Limoeiro, estabelecida na área do antigo Paço Real.

A travessa em questão melhor se chamaria hoje bêco, pois não tem saída.

Justamente viemos encontrar aí, esquecidos ou desprezados pelos estudiosos das antiguidades lisboetas, dois troços de arcaica muralha, do maior interesse arqueológico, as quais, com o resto do muro da travessa, formam, em parte, o suporte do nível de terrenos onde a referida Cadeia assenta, e, noutra parte, servem de parede e mesmo de fachada a várias casas.

Constituem esses troços de muralha exemplares totalmente diversos do tipo medieval e romano, e por isso têm passado despercebidos. Mas são, digamos, um monumento arqueológico de valor incalculável, um tesouro portanto, digno de ser estudado em pormenor, como peças únicas, milagrosamente conservadas, que testemunham a vida dum passado remoto, obnubilado quase totalmente pelo tempo.

Têm eles a altura média de 6,80 m., e ficam no alinhamento da muralha, a que adiante nos referiremos, que hoje serve de suporte ao Miradouro de Santa Luzia, do lado de Alfama

Um deles, o primeiro do lado de Santa Luzia, ou do fim do bêco, tem 15 m. de comprimento. A sua técnica construtiva é manifestamente pré-romana. A sua base ou parte inferior é constituída por fragmentos de pedra de forma quadrangular, mas muito mais pequenos do que os silhares de tipo romano, e de material lírico inferior ao granito que os Romanos usavam; tanto assim que eles se mostram limados por acção dos agentes naturais, que lhes produziram, em certo ponto, um desgaste com a profundidade de 18 cm. A técnica construtiva, até pelo formato da pedra, assemelha-se à que podemos ver nas ruínas de Biblos, numa necrópole fenícia, num templo do 3.º milénio antes de Cristo, e no Templo de Reshef. Trata-se portanto dum processo espantosamente primitivo, que não podemos deixar de atribuir aos Fenícios, que teriam aproveitado na sua construção o próprio molasso do Tejo, revelado, além do mais, por conchas pequenas inseridas nele, a par de outra pedra mais resistente. Tinham pressa na sua obra... e não os preocupava a segurança militar talvez.

Observando porém o troço mencionado, logo se nota que ele ruíu ou foi derribado, por qualquer razão, na parte superior. Porém os que se meteram a repará-lo já não usaram a mesma técnica. Puseram-lhe em cima pequenos fragmentos de rocha, em camadas sucessivas, no estilo da muralha de tipo oriental, a que aludimos no número 2. São necessariamente de época posterior esses elementos de origem fenícia, mas atribuímo-los antes aos Cartagineses, pois, se os

Fenícios persistissem na conservação do local, nem deixariam ruir os muros, nem modificariam a sua técnica.

Daí para cima, outras pedras foram sendo postas, em épocas mais recentes, conforme as necessidades de reparação do muro. O mesmo sucede um pouco antes, do lado de Santa Luzia, a leste, onde até há, pela parte superior, silhares romanos, a indicar o prolongamento das fortificações ou amuralhado romano vindo daquele miradouro. Os Árabes também devem ter reparado o muro, fóra dos troços que estudámos, pois naquele há vestígios da sua técnica de feiras paralelas, completadas por *tegula* e pequenos fragmentos, que desenvolvidamente apresentámos em obras anteriores. Também há, num ponto, restos de argamassa para consolidar a parede. Não sabemos a que época pertence, mas não deve ser romana, e até pode ser muito posterior.

O segundo troço, caminhando para a saída do beco ou travessa, de leste para oeste portanto, começa sensivelmente, depois dum candieiro de iluminação pública, na linha duma parede mais alta, aproveitada para uma oasa ou edificação sobranceira. Ocupa um espaço de 18,50 m.

Como se encontra coberto de argamassa e calça, não pudemos observar-lhe tão minuciosamente a constituição. Parece no entanto melhor conservado, e assim a primitiva construção fenícia estará intacta, se descontarmos o desgaste que sofreu do exterior, por acção do tempo. No entanto, vestígios se descobrem de algumas reparações, digamos, cartaginesas, além das que sofresse em épocas posteriores. Todavia acentuamos que o desgaste neste troço é relativamente inferior, mau grado a pouca qualidade do material lítico empregado, o mesmo troço anteriormente referido.

Creemos de transcendente importância estes restos de um muro ou muralha (não podemos definir a sua utilidade) fenícios ou cartagineses, ou as duas coisas.

4. Tendo assim descoberto os dois troços de muro ou muralha pré-romanos, que ficam descritos, na Travessa das Merceeiras, logo nos assaltou a ideia de averiguar se outros indícios haveria da mesma origem oriental. Não nos parecia crível que um Povo, que construía esse muro ali, e outro na entrada da Alcáçova, como dissemos no número 2 deste capítulo, não tivesse subido do rio ou descido ao rio...

E efectivamente, à mesma altura, ou melhor, na perpendicular ao Tejo, descendo, acabámos por identificar ao nível inferior onde está o Largo de São Rafael, em Alfama, dando a sul para a Rua da Judiaria, com entrada pela Rua do Rosário, um baluarte, indispen-

sável para a defesa e o ataque, e bem assim para protecção de navios mercantes.

Era primitivamente um forte, que as águas fluviais banhariam, pelo menos quando a maré, que no Tejo se faz sentir, subisse.

Pela sua disposição, voltada a montante do rio, com um ângulo pronunciado, à laia de proa, ele cortaria a corrente.

Diz Vieira da Silva que ele é «um pequeno cubelo (57), semelhante um gigante ou contraforte, cujo eirado, prolongado por meio de cachorros de cantaria, constitui um pequeno terraço do prédio que lhe está contíguo, do lado do norte».

Este suposto prolongamento ou terraço firmado em cachorros, manifestamente, é obra árabe, que se patenteia igualmente na janela geminada, de estilo luso-arábico — tão parecido com o manuelino (cfr. as janelas do Paço Real de Sintra).

Do lado da típica Rua da Judiaria, por onde se prolonga a muralha, diz ainda Vieira da Silva que «se acham abertos três vãos de janelas de peito e dois de sacada, geminados, em estilo manuelino, de fino mármore, que denotam uma construção rica».

A utilização do mármore indica logo fábrica mui antiga, que se compreende apenas se se atender às características da época árabe, rica a mais não. Quem leu os nossos trabalhos dedicados à Arte e à Arqueologia Árabes, detectará imediatamente, na sua coexistência com os machiculis e a janela geminada, uma obra moura...

Tudo indica, segundo melhor se verá dentro em breve, que o forte primitivo atravessou os séculos, embora sofrendo naturalmente a acção dos elementos, entre os quais o poder, às vezes impetuoso, das águas do Tejo, que subiam até ali. Os vários dominadores foram-no conservando e reparando a seu modo, para várias utilidades. E temos assim a rara felicidade, que noutras cidades se não verifica, de, graças a ele, remontarmos às antiquíssimas origens de Lisboa, que aliás já deveria existir muito antes da construção citada.

Tal como se encontra hoje, ao cabo dum muro isolado ou desamparado, que vem da Porta de São Pedro, ou de Alfama, ela constituiria uma espécie de molhe, tanto mais que se apresenta como a quilha dum barco.

Na face da muralha que constitui o lado norte da Rua da Judiaria, prolongando o forte, encontrámos precisamente vestígios de construção pré-romana, em pedra miúda, sobre a qual foi erguida, em fortes silhares, — que ela suportava perfeitamente, note-se, — a obra romana. Essa pedra miúda, em tudo semelhante às construções de paredes cartaginesas (ou fenícias, evoluídas), a que nos referimos nos

números 2 e 3, do mesmo género, assenta por sua vez nos penedos brutos do antigo leito do rio — hoje em sêco — que logo vê quem entre do Terreiro do Trigo pelo Arco do Rosário, — acesso ao local —, e que sobem mesmo pela Rua da Judiaria acima...

Examinando agora a torre ou forte do lado da Rua de São João da Praça, vemos claramente, se prestarmos a devida atenção (pondo de lado, claro está, os muitos preconceitos que andam no ar...), o seguinte:

a) uma parte superior, mais recente, manifesta construção portuguesa, não na origem certamente, mas no actual aparelho das pedras; e logo

b) uma parte de construção romana, identificável pelos seus grandes e fortes silhares, em paralelepípedo;

c) abaixo destas, na parte que chega ao pavimento daquela rua, e certamente se aprofunda para sob ele, a construção primitiva, sem silhares do tipo romano, mas constituída por blocos extensos de várias formas, num misto de fragmentos de pedra, — que Auguste Choisy afirma ter sido o sistema construtivo do Oriente desde tempos imemoriais, — fragmentos de material inferior, que inclui o próprio molasso do rio.

No lado que examinamos, como no oposto da Rua da Judiaria, os fragmentos fenício-cartagineses eram, como de regra, firmados e ligados com a fortíssima argamassa pela sábia engenharia e arquitectura do Oriente empregada para as suas construções, que ainda hoje nos espantam, apesar de estarmos na era do cimento-armado...

Deste lado, na Rua de São João da Praça, onde se não distingue bem, nalguns pontos, o acervo de pedras minúsculas e tijolos, houve sem dúvida, em tempos mais recentes, o cuidado de regularizar o mais possível o conjunto primitivo, para o harmonizar com o gosto, o estilo da Rua de São João da Praça. Mas isso em nada atenua os contrastes existentes com a parte romana.

5. Sabemos perfeitamente que não é fácil o que vamos propor. Todavia esperamos que entidades responsáveis do nosso país, rendendo-se à evidência, integrem no património nacional os dois troços da Travessa das Merceeiras, e, apelando para arqueólogos e especialistas da Arte e Arquitectura dos antigos Fenícios e Cartagineses, promovam a defesa e, se necessário, a restituição desses inestimáveis elementos à pureza primitiva, eliminando os corpos estranhos que lhe têm sido anexados, sem no entanto destruir os testemunhos de várias épocas dotados de valor arqueológico.

Impõe-se um estudo cuidadoso desses monumentos, como dos restantes a que aludimos. A contribuição dum geólogo ou mais, de consabida competência — para o que não basta dispor dum diploma —, seria altamente desejável, afim de se determinar precisamente a origem da pedra utilizada pelos vários construtores.

Claro que algumas cautelosas sondagens ou escavações se tornam indispensáveis, as quais não devem contudo pôr em perigo a integridade dos monumentos.

Seja como for, reclama-se que não entre nesses trabalhos critério algum individual, afim de evitar mais erros, os quais, mesmo ditados pela melhor das intenções e profunda convicção pessoal, causariam prejuízos irreparáveis à Arqueologia futura. E nem falamos naqueles que cinicamente, pela calada, fazem desaparecer as relíquias dum passado venerando, provas da nossa Cultura, a pretexto de renovação, mas frequentemente movidos por interesses inconfessáveis, ou para não ofender interesses!...

'De contrário, Portugal ir se-á apægando lentamente do mapa como país culturalmente definido.

IX. A CIDADELA ROMANA (*OPPIDUM*) OU ALCÁÇOVA

1. Já dissemos que, no alto do Monte de São Jorge, a Alcáçova ou Cidadela, que se admira de vários pontos da Lisboa moderna como um *ex-libris* soberbo, é romana e bem romana... Desenhos, gravuras, fotografias de várias épocas e tiradas de lados diferentes, inclusive, modernamente, o aéreo, dão-nos uma ideia da sua grandeza e poder. Do alto enxerga-se o Tejo, e dali o rio tem sido vigiado através dos séculos, e também a cidade, que se estende pela encosta e alcança as margens azuis ou douradas do Mar da Palha, assim como outrora descia até às correntes de água que, tais braços do vastíssimo estuário, a bordejavam do lado oeste, e ela em ocasião indeterminada transpôs.

A sua posição altaneira convinha perfeitamente ao castro ou citânia que ela foi, segundo o sistema das fortificações lusitanas do género, que predominam do Tejo para o Norte, chegando à Galiza e às Astúrias Ocidentais. Desse castro e da época pré-romana há, além disso, vestígios numerosos, de que falámos antes (VIII, 1). Na própria muralha identificámos esses vestígios, assim como em pedras avulsas que em geral foram recolhidas, após o restauro, no Museu instalado nos restos do antigo Paço da Alcáçova.

Deixando agora os elementos orientais de que também tratámos

a respeito dos muros do chamado Castelo de São Jorge (VIII, 2), retomemos algumas ideias básicas.

A extensão das muralhas romanas de Lisboa, quer dizer, das muralhas definitivas não se circunscreveu a esse reduto ou ópido, conquanto vasto em si mesmo.

Tem interesse a descrição de Alexandre Herculano, feita embora relativamente à época árabe e à chegada de Afonso Henriques para a conquista:

O âmbito da cidade era o actual Castelo [entenda-se em sentido lato: a Alcáçova ou Cidadela], defendido por um muro circular torreado, de cujo exterior partiam lateralmente duas muralhas, que, fazendo volta por nascente e poente, se iam encontrar na orla do Tejo, exactamente à borda d'água.

Por «Tejo» devemos entender igualmente os cursos de água que desciam pela Baixa actual.

A configuração da Cidadela é a comum das fortificações romanas. Observando a sua planta actual, e para que não nos venham outra vez atirar com Mouros à cara..., achamos-lhe nítido parentesco no Norte do país e mesmo na Galiza espanhola, em construções militares romanas com a mesma aptidão defensiva e a mesma finalidade de proteger os habitantes duma velha «cidade». Escolhemos para a comparação as muralhas de Braga e as muralhas de Lugo, para nós da máxima importância. São romanas.

Distribuem-se igualmente por uma figura arredondada, o «muro circular torreado» de que nos fala Herculano a respeito de Lisboa.

Mas onde não estava certa a descrição de Herculano, era em supor ou fazer supor que a Cidade fosse apenas a Cidadela. Depois de aludir aos tais braços fortificados que desciam desta até à borda d'água, e que junto da água se reuniam, ele acrescentou significativamente:

A área intermédia devia abranger os actuais bairros de Alfama e Ribeira Velha; espaço que mal compreenderíamos como pudesse conter população avultada, se uma testemunha ocular da conquista de Lisboa [por Afonso Henriques] não nos subministrasse os meios de explicar, ao menos até certo ponto, esse facto. Os edifícios eram por tal modo apinhados, que, exceptuando os bazares ou mercados, seria difícil achar uma rua ou passagem, que tivesse mais de oito pés de largo. Além disso, em todo o circuito dos muros, e contíguos a estes, havia uma espécie de vastos subúrbios, cujo acesso era talhado a pique e por tal modo dificultoso de entrar, que cada um podia considerar-se como um castelo ou baluarte.

A descrição é um tanto fantasiosa ou de presunção. No entanto ela já obedece à necessidade de explicar a presença duma grande cidade para além dos muros da Cidadela ou estabelecimento fortificado do Monte de São Jorge. O que respeita à disposição do casario e o mais que Alexandre Herculano encontrou na «Crucesignati Anglici Epistola», Carta do Cruzado Inglês, dita de Osberno, será objecto da nossa apreciação ulterior.

Sabido porém que nem a Cidadela, e muito menos o «castelejo» de Vieira da Silva, eram a cidade de *Olisippo*, mesmo em tempo dos Romanos, voltemos àquela, para a apreciar nos seus vários aspectos.

2. Foi esta Cidadela, este «Castelo» que o Mestre de Aviz, a pedido ou em face de exigências do povo, «derribou», como diz Fernão Lopes (cfr. *supra* VII, 1-2, 4). «Derribar», diz Moraes, tanto pode ser demolir como arruinar, pois etimologicamente significa precipitar de riba ou ribanceira. Também se diz derribar um cavaleiro de sua montada. De modo que tanto uma demolição completa, que se não fez (VII, 2, *in fine*), como uma parcial, abatendo muros, poderia ser esse «derribar». Já dissemos que isto seria feito só na parte mais visível e importante, poupando os muros de suporte das terras (*ibidem*).

Disso é prova, por exemplo, a existência, ao lado da Porta do Moniz — a que hoje se chama de Martim Moniz, anexando-lhe a lenda do cavaleiro herói nela entalado para não a deixar fechar —, onde se encontra um busto romano (que não é portanto de Martim Moniz), precisamente de duas pequenas construções perpendiculares, formadas de silhares caracteristicamente romanos, as quais escaparam, por inúteis, às demolições, e depois foram alteadas por seis fiadas de pedra na reconstrução moderna. Nas bases das muralhas exteriores da Cidadela há numerosos silhares romanos, assim como eles existem espalhados pelos muros, ou formando alguns panos de muralha que não precisaram de reparação, ou lanços de torres.

3. Entretanto é certo que os muros da Cidadela sofreram várias modificações em alguns lanços entre 1841-1846, como informa Vieira da Silva. A Cidadela, mesmo em épocas menos antigas, continuava a desempenhar o papel (com o Castelo Novo) de atalaia e último reduto contra os que ameaçassem ou invadissem a cidade de Lisboa.

Ora Vieira da Silva diz que não é possível «marcar, mesmo aproximadamente, a época da construção» dos muros da parte ocidental da Cidade, ou seja, daqueles que dão sobre a encosta que vai até ao actual Largo de Martim Moniz.

Temos porém que distinguir duas linhas. Uma, que vem da parte da frente, da antiga Praça de Armas, e se prolonga pelos fundamentos

das edificações que ainda subsistem: antiga Cadeia, restaurante, e tra-seiras do Museu, e depois o Castelo Novo, face do poente. Essa é a parede antiga que, porém, ao fim ou termo da Praça de Armas, deve caminhar subterrânea até reaparecer nos muros da antiga Cadeia. Com efeito, justamente nesse ângulo da Praça de Armas, parte daí uma nova parede, para formar uma autêntica fortificação à Vauban, que Tinoco, na sua planta de 1650, já reproduz, mas em que Vieira da Silva parece não ter reparado, a não ser para ratificar o belo arranjo e ajardinamento que ali se fez.

D. Francisco Manuel de Melo torna-o perfeitamente claro, quando refere, acerca do Conselho de Guerra nomeado por Dom João IV, após a Restauração de 1640, o seguinte:

Uma das primeiras acções do Conselho foi propor a Elrei a fortificação de Lisboa, para conseguir a sua defensão; a obra parecia imensa, e mais imenso o dispêndio; muitos a este fim correram os lugares das Histórias e ditos impertinentes de Filósofos: mostravam ser inútil este grão trabalho por que Lisboa já duas vezes havia passado, como mostram as duas Cercas de muros, que nela se vêem; dezião com Platão que os melhores muros de ãa cidade eram os peitos dos seus cidadãos, e que já o Psalmista contava que, se Deus não defendia a cidade, em vão a muravam seus moradores.

Contra estes os homens sisudos e práticos, não com menos auctoridade que razões, se opunham, dizendo que os tempos se variaram como os homens, e que os presentes de tanta indústria se viram render talvez as cidades defendidas e fortificadas, quanto mais as abertas e livres; que a natureza valerosa dos Portugueses, ajudada da arte, faria maiores efeitos; que Tebas e Roma se haviam murado, e o próprio Deus fora architecto da castramentação do seu Povo e engenheiro da Arca de Noé, como se lia no Génesis e Êxodo.

Informa ainda Francisco Manuel de Melo que então havia em Portugal estrangeiros em fortificação: Monsieur Legarte, francês; João Gilez, enviado pelo Príncipe de Orange da Holanda e o Padre João Cosmander, jesuíta de Bruges (págs. 105-106). E acrescenta:

Cada um dos três delineava diferente recinto de fortificação a Lisboa — que também mostravam com via diversa alguns sujeitos naturais, mas por isso menos atreçados —, ultimamente resoluto, quiçá a menos conveniente, que, o mais impossível, continha trinta e dous baluartes, se começou a traçar e abrir com fervor tão desordenado, que este foi o primeiro sinal, não faltando outros, de que a obra não permaneceria.

(*Tácito Português — Vida e Morte, ditos e feitos de El-rei Dom João IV*, ed. dos Centenários, Rio de Janeiro, 1940, págs. 104-105).

4. Em nota erudita do mesmo volume, seus editores comentam (págs. 220-221):

O caso da fortificação de Lisboa era antigo e complexo. Ninguém melhor o discutiu do que Francisco de Holanda, que em 1571 escrevera *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* (...). Dom Francisco Manuel estudou esse problema em 1649, por ocasião do conflito com a Inglaterra de Cromwell (vd. Edgar Prestage, [*O Dr. A. de Sousa de Macedo, Residente de Portugal em Londres*, Lisboa, 1916]..., pág. 246.) «Fiz por ordem do Conselho de Guerra — diz na *Aula Política* o escritor — o regimento das torres e fortalezas desta barra; e na referida ocasião, em que Lisboa pôde reechar-se das armadas inglesas, escrevi o papel da defesa desta cidade tanto a contentamento de Elrei Nosso Senhor, como informar a V. Alteza o Porteiro-Mor Luís da Silva, por cujas mãos o recebeu Sua Majestade, mandando guardá-lo em tudo o que então quis que se obrasse».

O que escrevia Dom Francisco Manuel de Melo em 1649, referia-se a factos anteriores e só à fortificação da Barra. Pelo visto já o Conselho de Guerra tinha resolvido o resto, a matéria da defesa da cidade em terra. Tinoco faria pois a planta do que já estava reconstruído ou reformado no lanço ocidental da Cidadela, que Vieira da Silva diz ainda retocado poucos anos antes de 1841 (*op. cit.*, pág. 72). No belo arranjo actual, o visitante pode ver colocadas antigas bocas de fogo nas várias plataformas, que lhe darão uma ideia do sistema do séc. XVII, em matéria de defesa. Curiosamente, só nesse troço dos muros achamos a fortificação à Vauban, sinal, pensamos, de que esse foi reformado só no séc. XVII, pois, se fosse obra do séc. XIX, abranteria todos os muros da Cidadela segundo o mesmo critério; quer dizer, como insinua o *Tácito Português*, não se chegou a acabar, e o mais ficou como estava.

5. Daqui se infere claramente que, para construção dos muros à Vauban, no século XVII, se fez um aterro por fora da muralha da Alcáçova, originariamente romana, até perfazer o espaço necessário. Donde, para exumar esta muralha, ser necessário escavar nesse aterro. A escavação deveria ter o fito de pôr a descoberto essa mesma muralha, para o que seguiria, segundo as regras, em perpendicular, ao encontro da linha já referida, que se prolonga pelos fundamentos das edificações a ocidente, nas paredes nas quais há silhares romanos, como material de aproveitamento, e até vestígios duma porta, entre o edifício do restaurante e a primeira torre do Castelo Novo, para quem vem do Sul.

Fiquemos por aqui, no relativo à Cidadela Romana, de que falaremos aliás muitas vezes...

X. MURALHA BIZANTINA

1. Lisboa caiu sob o domínio bizantino pela segunda metade do século VI, conforme demonstra o historiador Francisco José Velozo, em face de textos convincentes.

Já no n.º 1 deixámos algumas considerações, prevenindo o leitor, acerca da presença bizantina em Lisboa no passado, quer a presença cultural, mais antiga, quer a humana e política.

Ali nos referimos às muralhas bizantinas em Sintra e a outros vestígios evidenciados nas obras anteriores. Vamos apontar mais alguns elementos arqueológico-artísticos, sem o intento de esgotar o assunto, pois queremos falar de fortificações.

Seja o primeiro desses elementos o frontal pré-islâmico incrustado no exterior da Sé de Lisboa, do lado norte, que o insigne investigador Júlio Castilho, na sua obra *Lisboa Antiga* judiciosamente classificou de «obra bizantina». Certamente que Júlio Castilho sabia que o arco-de-ferradura, que ali se desenha, só passou a ser elemento arquitectónico peninsular (isto é, não resultante de mero erro ou acidente), depois de estabelecido o Califado de Córdova, ressalvado o que dissemos no n.º 1, sobre o emprego do mesmo na Arte Bizantina. Mas não descaiu em chamar-lhe, como agora se faz, «visigótico», como não claudicou em designá-lo por «árabe» ou «moçárabe», o que também se usa... Pena é que, ignorando-se a opinião de Júlio Castilho, na já citada obra *Monumentos e edifícios notáveis do Distrito de Lisboa*, no 1.º tomo, dedicado a Lisboa, se venha qualificar aquele frontal como «pedra visigótica» (figura 27 e índice das gravuras nessa obra).

A mesma publicação apresenta-nos na sua figura 28, aliás invertido, um «ábaco visigótico» existente no claustro da Sé. É igualmente uma pedra bizantina. Outra pedra do mesmo estilo, pelo menos, se encontra nesse claustro.

Na obra mencionada designa-se, como é uso agora, por «pilastra visigótica da Rua dos Bacalhoeiros» a representada na sua figura 31 (fragmento), que é um exemplar bizantino.

Observê-se em seguida as pedras expostas no Museu do Carmo, de Lisboa, que se diz provindas dos arredores de Lisboa. Dê-se o leitor ao cuidado de as comparar com a dita «pilastra visigótica», e verá

que o modelo é o mesmo. São produtos saídos de uma oficina comum, de uma arte enraizada.

No aludido Museu encontram-se mais quatro exemplares bizantinos, seguramente, que estão erradamente classificados.

2. É de mencionar ainda a cópia que se fez do numário bizantino em moedas suevas e visigodas, cópia destinada a assegurar-lhes livre curso, e a influenciar social, política e economicamente as populações, eliminando problemas de pacificação, que poderiam surgir entre vencedores e vencidos, estes habituados a ver nas moedas o simbolismo do poder, desde os Romanos.

Nas artes menores, esmaltes e crucifixos em abundância, que se encontram no país, e dos quais tratámos na nossa obra *Imagens de Cristo em Portugal* (Lisboa, 1950), comprovam com eloquência a presença e a influência multissecular e grandiosa da Civilização do Império Romano do Oriente.

Deste modo se verifica existirem nestas partes da Península Ibérica já nessa época pessoas que viviam das artes a que se dedicavam, entre elas a de cantaria, pois seria inadmissível atribuí-las a adventícios de origem bárbara. O acabamento técnico, herança romana, manifesta-se no novo estilo.

Na realidade, todo o Ocidente peninsular (como o Sul andaluz) apresenta uma quantidade espantosa de modelos consumados da Arte Bizantina, que nos foram conservados.

3. No Norte de Portugal, temos, nos arredores de Braga, um templo caracteristicamente bizantino, construído nos meados do século VII, de notável pureza, a Igreja de São Frutuoso de Montelhos, na freguesia de São Jerónimo de Real.

Ainda são conhecidos restos arqueológicos bizantinos em Alcoutim — em milagroso estado de pureza —, em São Torcato (Guimarães), Balsemão (Lamego), Paço de Sousa — com frisos e impostas corridas —, igreja velha de Cedofeita (Porto) — com capiteis bizantinos —, igreja de Tarouquela (Cinfães) — com arcaturas cegas de proveniência bizantina —, Vila Viçosa — ermida de São Jorge, no Largo dos Capuchos, onde se encontram duas lápides bilíngues, em latim e grego, Herdade da Mitra, a 12 km. de Évora — capela afeiçoada pelo Cardeal Dom Henrique, com zimbório central e quatro mais pequenos, em correspondência às suas quatro entradas —, Alandroal (Alentejo) — com todo o seu precioso material de aproveitamento.

Todas estas relíquias nos vêm atestar devidamente a autenticidade bizantina de quanto do mesmo estilo se encontra na Sé de Lisboa.

Veja-se ainda, em Mértola, o altar bizantino existente no pequeno cemitério junto à igreja moçárabe construída por Bencaci, e a igreja de Santiago de Cacém, construída certamente por artistas influenciados pela Arte Bizantina, tributária do Oriente e de várias zonas do Mediterrâneo, pois eles representaram ali animais alheios à fauna peninsular, como o leão e o pavão.

O Alentejo e especialmente o Algarve, onde os Bizantinos mais se demoraram, conservam numerosas construções sacras evocativas de Santa Sofia de Constantinopla na sua arquitectura, mostrando ao observador a novidade dos seus quatro arcos encimados por cúpula majestosa ou mais modesta.

No elenco das sobrevivências do espírito dessa arte, não poderíamos deixar de inscrever os recintos, especialmente os religiosos, em que se procurou, em vez da solenidade, criar um ambiente acolhedor e fechado, de que se poderia dar variadíssimos exemplos, por esse país fora. Até em monumentos quase contemporâneos, essa tradição se manifesta; basta indicar dois: a Basílica da Estrela e a igreja da Boa Memória em Belém, para não sair de Lisboa.

Não prolongaremos estas considerações, que dariam, se completas, para uma obra à parte. O nosso objectivo é estudar muralhas — as muralhas de Lisboa. O que fica dito bastará para o leitor se ambientar, além do preliminarmente exposto no n.º 1.

4. Julgávamos o exemplar da muralha de Sintra, já referido, único paradigma bizantino do país, no género. Lastimávamos o facto de não poder tirar quaisquer conclusões dessa surpreendente descoberta, em face de tal carência. Esta, no entanto, não existia.

Como é sabido, imperativos de defesa levaram Constantino a transferir a capital do seu Império, que abrangia todo o mundo conhecido, ou quase todo, de Roma para Bizâncio ou Constantinopla. Oportuna foi a transferência, porque um século depois Roma sucumbia à revolta e conquista dos Bárbaros, com o Império do Ocidente.

Mais tarde, procuraram os Imperadores bizantinos recuperar este. E assim foi a vez de Lisboa.

Reportando-nos agora ao objecto do nosso estudo, vem a Arqueologia confirmar as conclusões da História.

Na verdade, o exame continuado das muralhas de Lisboa, em que nos servimos dos conhecimentos adquiridos em anos de investigação no país e no estrangeiro, encaminhou-nos para a descoberta dum autêntico forte bizantino nas Portas do Sol à Graça.

O olhar afeito às estampas, às imagens, às fortificações às vistas das cidades bizantinas surpreenderia rapidamente, se despidido de pre-

conceitos, um panorama familiar. Esse olhar foi o nosso, mas podia ser de outrem.

E o panorama aí está, no conjunto amuralhado que fica por detrás do Museu Ricardo Espírito Santo (cuja Direcção nos deu as maiores facilidades), e edifícios contíguos.

A existência duma porta da cidade romana, defendida, como todas, por uma torre ou forte adjacente, do qual se encontra ainda uma face completa na Rua Norberto de Araújo, com restos de outra face perpendicular a essa, constitui argumento seguro de que a muralha romana continuava na direcção perpendicular, até às trazeiras do Limoeiro, e depois descia até ao forte ou torre que protegia a Porta de Alfama, e dali até ao Chafariz d'Elrei, com a excecência da muralha que vai até ao forte pré-romano do Largo de São Rafael, de que falámos no cap. VIII, 4. Daquela extremidade, junto do Chafariz d'Elrei, a muralha romana seguia para Oeste, paralela ao rio.

Observando a estampa VI de *A Cerca Moura de Lisboa*, já citada, de Vieira da Silva, notaremos primeiro que o traçado a negro é a planta topográfica da região, na altura em que foi feita. O n.º 69 assinala as Portas do Sol; o n.º 70, o «assento de casas», a que faz referência um tombo de 1573; o n.º 71, uma das torres mencionadas no aludido tombo; o n.º 72, pequeno terraço sobre a muralha, e o n.º 74, a grossa muralha que forma o fundo do átrio da construção.

Comparando a muralha que se encontra por detrás do Museu Ricardo Espírito Santo, às Portas do Sol, com as indiscutivelmente romanas, não podem deixar de nos saltar aos olhos as diferenças.

Vieira da Silva, julgando «mouras» todas as muralhas de Lisboa, apenas designa por «muralha» esse troço, acrescentando que tem 2 m. de espessura.

Ora é elementar o distinguir uma construção romana, com a sua especialidade, e designadamente, se se trata de muralhas, os seus característicos silhares, de outra construção mais moderna, do século VI, como a que nos ocupa agora.

Na construção romana, as possibilidades materiais não eram as mesmas; eram talhadas pedras de corte de maior volume e unidas por argamassa, que já se não emprega, por desnecessária, nas novas edificações que reflectem o espírito do século, mais moderno, em que foram levantadas, com maior elegância e mais acabamento na cantaria.

5. Além disso, é fácil verificar, na construção que examinamos, que a obra bizantina era autónoma da propriamente romana, e muito posterior a ela. Basta considerar o modo como os seus potentes fortes, ao pé das Portas do Sol, foram dispostos, após a conquista das vetustas

fortificações vindas dos Romanos, para consolidar e reforçar estas. O contraste é flagrante, como se pode ver, confrontando-as com as de Santa Luzia (lado nascente), a sul.

Esse forte, elevado pelos Bizantinos para assegurar a defesa da cidade que caíra sob o seu domínio, apresenta, no vasto espaço dos seus muros, na parte exterior, um elemento de grande importância para o nosso estudo. Na verdade, em plena muralha, foi integrada, como material de aproveitamento, uma pedra lavrada com insculptura e quatro rosáceas, mutilada na parte inferior. Obtivemos a sua reprodução fotográfica, muito bela, graças ao ilustre artista Fontes de Melo, especializado em vencer dificuldades, como a que se nos apresentou quando por nós mesmo a tentámos, depois de fotografar o conjunto em que ela se integra.

O aproveitamento de material preexistente e provindo dos mais variados locais e edificações, sem repugnância até pela heterogeneidade, é típico da Arte Bizantina, nomeadamente nos últimos recantos ocidentais do Império cuja capital ficava à beira do Bósforo.

Por outro lado, é óbvio que, tendo havido aproveitamento, e mesmo parcial mutilação dum ornato romano, a muralha tem que ser posterior, logo bizantina, pois não foram precisas construções do género durante o domínio germânico.

Finalmente, pensamos que a Psicologia nos pode aqui dar a mão. Só um amante das coisas de arte, conseqüentemente um produto de adiantada civilização, e não um bárbaro, se lembraria de enfeitar a muralha, colocando naquela altura e num lugar que outros achariam impróprio, a referida peça. Não era ele só um arquitecto, era um artista, um homem de gosto, habituado aos ambientes requintados do Império Bizantino e talvez de Constantinopla.

Tudo isto nos convence de que a obra dos Bizantinos foi feita sobre ruínas do amuralhado romano, ruínas por eles provocadas sem dúvida, ao conquistarem a cidade, entrando a provavelmente por este ângulo das defesas olisiponenses.

XI. A FRONTARIA E ENTRADA DA ALCÁÇOVA

1. Passemos agora a referir-nos à entrada da Alcáçova ou Cidadela, vulgo Castelo de São Jorge (o Velho), e ao Chão da Feira.

Aí se vê uma muralha que conduz directamente àquela entrada e faz parte integrante da fortaleza. No aspecto exterior esses muros são formados por material de aproveitamento, em que existem algumas pedras trabalhadas, que bem podem ser (não o sabemos, e só pondo-as

inteiramente a descoberto se poderá saber) elementos de uma antiga porta romana, sabido que estas eram por vezes ornamentadas, designadamente com colunas e colunelos, além do mais, como se pode ver ainda na magnífica *Porta Nigra* de Tréveros (Trier), Alemanha, por exemplo. Tem essa muralha dois contrafortes cilíndricos no Chão da Feira, na parte central, os quais se encontram nelas inseridos. Para Oeste, passando o recinto da Porta de São Jorge, na mesma linha das muralhas, que esta interrompe, acha-se outra torre semicircular ou cubelo, ladeando a antiga Praça de Armas, na parte do jardim onde se colocou a estátua de Dom Afonso Henriques. Sobre ela, no restauro, pôs-se uma graciosa pérgola ou mirante, e existiu ali um relógio de sol (*op. cit.*, pág. 73).

A observação actual do exterior dos muros referidos, no Chão da Feira do Castelo (do lado da antiga Praça de Armas estão cobertos de cal e outros materiais), dá-os como relativamente recentes. A grossura da muralha, na extremidade superior, é apenas de 0,70 m., e colhe-se a impressão — a impressão, note-se — de que esses dois contrafortes semicilíndricos do Chão da Feira estão ali para reforçar a segurança da muralha e teriam sido erguidos sensivelmente na mesma ocasião, ao menos em a sua forma actual. Neles, como na parede, rectilínea, tudo ou quase tudo parece ser material de aproveitamento.

Vieira da Silva diz-nos que «tudo já estava assim em 1650», e que «a denominação de Chão da Feira é antiquíssima, e indica a existência, naquele sítio, do antigo mercado, que remonta talvez à época do domínio muçulmano» (*op. cit.*, pág. 80). Numa doação, que cita, de 1319, descreve-se um campo do mesmo Chão da Feira:

(...) Começa na torre que está a par da porta da Alcáçova de Lisboa, como vai juntamente pelo muro ao cubelo mais perto dessa torre, que está contra o Levante. Do qual os termos são estes: ao Aguião [Norte], o muro dessa Alcáçova; ao Levante, o dito cubelo; ao Avrego [Sul], o Chão da Feira; ao Poente, a dita torre (*ibid.*).

Muro, cubelos e torre, com uma porta, a da Alcáçova ou de São Jorge — hoje alterada na sua orientação — são mais antigos do que o «derribe» dos muros praticado pelo Mestre de Aviz. O documento, que o incansável escritor foi buscar à *Chancelaria de Dom Diniz* (liv. IV, fl. 86 vº, era 1357), mostra-nos que o Chão da Feira não se encostava então aos muros da Cidadela ou Alcáçova, como agora, mas ficava mais para o lado sul, em terreno onde se levantam hoje as casas fronteiras àqueles muros, pois entre a muralha e o lugar do mercado ou feira ficava o campo doado em 1319.

2. Vieira da Silva, aludindo à torre acima referida, escreve (pág. 42):

O nosso primeiro Cronista, Fernão Lopes, sobre essa torre informa: «... no Castello de Lixboa, em huma torre, que pera esto [guarda do tesouro régio] fora feita, que chamavam a Torre Alvarrã. Esta torre era mui forte, e não foi porém acabada; estava em cima da Porta do Castello, e alli punham ho mais do tesouro que os Reis juntavam em ouro e prata e moedas; e tinham as chaves della hum Guardião de São Francisco, e outra o Priol de São Domingos, e a terceira hum Beneficiado da Sée dessa cidade».

O trecho, que Vieira da Silva transcreve, de Fernão Lopes, acha-se na *Crónica de Dom Pedro* (in *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa...*, t. IV, ed. de 1816, pág. 31). Referido a este Rei, não pode respeitar a Dom João I, e portanto ao Castelo Novo ou de São Jorge propriamente dito, que se situa dentro da antiga Alcáçova. Também não respeita a Dom João I o testamento de Dom Diniz, de 1360, evidentemente, nem a *Crónica de Dom Fernando*, do mesmo Fernão Lopes, que Vieira da Silva invoca ainda (*O Castelo de S. Jorge... cit.*, págs. 41-42, notas 5 e 6).

A Porta da Alcáçova ou de São Jorge, ou simplesmente do Castelo (a primeira designação é de 1481, pelo menos; *op. cit.*, pág. 76) era a já referida, «a par» da qual estava a torre mencionada:

Parece que antes do terramoto [de 1755] ficava no mesmo alinhamento do lanço da muralha (...) do Chão da Feira, e orientada para Sul. (...). No ano de 1831 começou a fazer-se a reparação dos baluartes e portas do Castelo, e, para ser colocada sobre a principal, estava pronta uma inscrição em latim com a data de 1833, em que se aludia a Dom Miguel. Não se concluíram as obras senão no tempo de Dona Maria II, com toda a economia, e para a porta foram buscar a pedra de finos mármore e de várias cores a uma das capelas da próxima igreja dos Lóios, e formaram de uma linda porta de igreja o portão do Castelo, sobrepondo-lhe as armas portuguesas, que furtaram de outra parte (págs. 76-77).

Esta última citação é extraída por Vieira da Silva dum manuscrito sem data do Arquivo da Inspeção da Arma de Engenharia, e intitulado *Antiguidades do Castelo e da Fortificação de Lisboa*, coligidas pelo Coronel Engenheiro A. F. de Azevedo (pág. 77, nota 6). O autor esclarece ainda (pág. cit., texto):

Quando o General Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, que foi Governador da praça pelos anos de 1841 a 1846, fez grandes obras no Castelo, também reconstruiu ou acabou a reconstrução do portal da entrada, já então orientado para Nascente.

3. Notemos desde já, em face dos claros dizeres da documentação transcrita, que a *Torre do Haver* (também chamada, mitologicamente, *de Ulisses*) ficava ali sobre os terrenos da entrada da Alcáçova, ao pé da respectiva porta, e não era por forma alguma aquela que assim se quer designar hoje, ao meio da frente sul do Castelo Pequeno ou de São Jorge propriamente dito, construído após as demolições do Mestre de Aviz, como pretende erradamente Vieira da Silva (pág. 39 e segs.); essa era a Albarrã, aquela onde os Reis guardavam o tesouro (ibidem), e não a moderna, joanina ou até posterior.

Seria talvez uma torre romana, a proteger a porta, como sucedia por exemplo na Porta de São Lourenço.

Repetimos que o aspecto exterior das muralhas do Chão da Feira, com os respectivos «contrafortes» semicilíndricos, desvestidos de silhares, não é romano, por isso, como não é árabe. Mas a aparência resulta de estarmos a contemplar, em geral, o *miolo* dos muros. E os elementos históricos apontados são dignos de meditação, e talvez possam inspirar mais felizes investigadores, acompanhados de meios adequados, que não temos. Limitamo-nos pois a apontar a provecta idade que esses elementos indiciam, e a lembrar o que dissemos sobre torres semicilíndricas no cap. I, 2, a respeito de uma torre circular bizantina de Sintra, ou contraforte, a que aliás não faltam, como naqueles, os silhares (em parte removidos aqui), e as semelhanças do traçado com os castelos romanos de Sortelha e Lugo (Galiza).

Também poderá revestir interesse arqueológico o facto de as plantas mais antigas revelarem que não havia aterros nem edificações por traz do troço de muralha contígua ao actual Chão da Feira, entre os dois cubelos ou contrafortes semicilíndricos acima indicados. Embora não exista memória de uma porta nesse espaço, e haja possibilidade de a entrada se fazer pela ladeira a leste, não é impossível que ali uma houvesse em tempos remotos, ao uso romano ou segundo a tradição romana ou bizantina, com duas torres circulares ou semicirculares a rodeá-la. Quiçá escavações, do lado de dentro e de fora das muralhas necessariamente, além da perfuração do muro, viessem revelar alguma coisa.

XII. LISBOA ÁRABE

1. Já acima dissemos, no cap. IV, que Lisboa se entregou aos Árabes sem combate, quando Abde Alaziz lhe bateu às portas.

Não podemos porém deixar de nos referir ao largo e fecundo período de cerca de quatro séculos, em que Lisboa pertenceu ao

Mundo Árabe, sem que isto signifique a perda das suas características originárias, antes o seu enriquecimento com os contributos da nova Civilização vinda do Oriente do Mediterrâneo. Não existe, ao menos à vista, no conjunto das fortificações olisiponenses, uma Cerca Moura, como queria Vieira da Silva, e ainda se repete. Não havia necessidade de a construir. Bastava aproveitar o existente, e, dentro das fortes e bem conservadas muralhas da cidade do Tejo, edificar e valorizar as edificações que estavam de pé. Isto mesmo vem reforçar a nossa tese.

Examinemos assim a Lisboa árabe, no que a injúria dos tempos e dos homens ainda nos permite vislumbrar. Procuremos, com brevidade embora, dar uma ideia do que foi no período chamado dos Mouros, aquela que pelo seu destino histórico se iria tornar capital dum país que daria «novos mundos ao Mundo».

Atenta a sua admirável situação geográfica e a excelência do seu porto, Lisboa tinha todas as condições para ser uma grande e opulenta cidade. O geógrafo árabe, do século XII, Edrici, nascido em Ceuta no ano de 1099 e falecido em 1164, descreve-a nos termos seguintes, conforme tradução do ilustre e conhecido arabista Dr. José Pedro Machado:

«Lisboa está situada na margem setentrional do Rio Tejo, que é o mesmo que banha Toledo. A largura deste rio, perto de Lisboa, é de seis milhas, e a maré faz-se af sentir com violência.

Esta famosa cidade alastra-se ao longo do rio e está cercada de muralhas e tem uma Cidadela.

Ao centro da cidade estão as fontes de água quente, que conservam o mesmo calor no Inverno e no Estio.

Fica próximo o Oceano, e tem na sua frente, na margem oposta, o forte de *al-Mádan* (Almada), assim chamado porque na verdade o mar lança palhetas de ouro nas areias da margem. É um facto curioso de que nós mesmo fomos testemunha.

De Lisboa partiram os Aventureiros, quando fizeram a sua expedição, com o fim de saber o que há no Oceano, e quais os seus limites, assim como o dissemos mais acima. Existe ainda em Lisboa, próximo dos banhos quentes, a rua chamada dos Aventureiros.

Eis aqui como o facto se passou: reuniram-se em número de oito, todos primos-irmãos, e, depois de terem construído um navio mercante, embarcaram água e víveres suficientes para uma viagem de muitos meses» (transcrito por Elza Pacheco Machado, *loc. cit.*).

Não prosseguiremos com o relato da viagem, por não dizer respeito directamente ao objecto da presente investigação. Fica todavia a alusão, para mostrar a existência de construção naval e a relativa segurança da navegação, que só se obtém com uma frota defensiva-

ofensiva. Por isto é que Afonso Henriques precisaria das esquadras dos Cruzados para atacar Lisboa, pois não lhe bastaria o seu aguerrido exército de terra para tanto.

Do geógrafo Edrici conclui-se que a Lisboa mourisca, por alturas de 1140, se estendia ao longo do rio, descendo do monte da Alcáçova ou Cidadela; facto que, segundo veremos, confirmam os Cruzados, quando em 1147 o nosso primeiro Rei conquista a cidade.

E, à laia de comentário e por mera curiosidade, notaremos que, na versão latina de textos árabes *De geographia universalis hortus cultissimus* (1592), se conta que os citados Aventureiros foram presos e depois libertados pelos habitantes da terra aonde chegaram, os quais eram de alta estatura, cor avermelhada, com poucos pêlos no corpo, mas cabelos compridos, sendo as mulheres de rara beleza. Eis mais uma hipótese de descobrimento pré-colombino da América, pois aqui parece que se descreve a raça dos Peles-Vermelhas! Independentemente disso, a referência prova, sem possibilidade de dúvida, a importância de Lisboa como centro naval.

Outra relevante descrição árabe é a do primeiro parágrafo da obra *Jardim Perfumado*, dicionário geográfico de Al-Himiari. Utilizamos uma vez mais a versão do abalizado tradutor já referido:

Lisboa fica situada a oeste de Beja. É cidade antiga, no litoral, e as ondas quebram-se nas suas muralhas. O seu nome é Colina (Qudía). As suas muralhas são bem construídas e incomparáveis em importância. A sua porta ocidental, que é a maior, aparelhada com arcos em cima de arcos sobre pilares de mármore, assentes sobre blocos de mármore. É a maior das suas portas. Tem ela uma porta também ocidental conhecida por A Porta do Postigo (Alfofa), que dá sobre vasto rossio, atravessado por dois regatos que desaguam no mar. Tem a sul uma porta, chamada Porta do Mar; entram por ela as ondas do mar durante o preiamar, que vem, numa altura de três braças, bater na muralha próxima. Há uma porta oriental conhecida por Porta da Fonte Termal (Alfama). A fonte termal está na proximidade dela e do mar, é abobadada, com água quente e água fria, e fica coberta pelo preiamar. Há ainda uma porta também conhecida por Porta do Cemitério (*ibidem*).

Tudo isto nos vem acentuar o panorama já conhecido da Lisboa árabe: a grandeza desta, a extensão das suas muralhas, que na linha exterior confinavam com as águas em muitos pontos.

2. Se Fernão Lopes nos não dissesse que fôra o Rei Dom Fernando de Portugal que, no século XIV, envolveu todo o actual Bairro de Alfama, para baixo das Portas do Sol, conforme dissemos (cap. V, 1), acompanhando o erudito Vieira da Silva, seríamos levados a supor,

das citações dos autores árabes transcritos, que já na época árabe uma muralha envolvente se estendia até perto da Porta de Santa Cruz, ou mesmo até esta. Mas o sentido imediato, pelo menos, da *Crónica de Dom Fernando*, é o contrário. Não obstante, o arqueólogo e o investigador não podem deixar de se impressionar pela uniformidade flagrante de técnica construtiva e de estilo das casas mais antigas de toda essa área.

Pecha é dos chamados intelectuais portugueses dar por assente tudo quanto foi dito e se tornou lugar-comum, assim como duvidar do que alguém, que não eles, descubra... Pela nossa parte, sempre estamos e estaremos dispostos a rever as nossas ideias, em face de investigações conduzidas com métodos e técnicas científicas, e sem pruridos de argumentos de autoridade (ou de comodidade). Oxalá as nossas palavras despertem as pessoas de boa vontade, e habilitadas, a trabalhar como deve ser!

Mas nenhum dos autores árabes, que se referem a Lisboa, atribui aos Árabes a construção das fortes muralhas desta cidade. A porta ricamente ornamentada e construída de mármore não foi certamente obra moura; evoca-nos os requintes da famosa *Porta Nigra* de Trier, a *Augusta Treverorum* dos Romanos, na Alemanha.

Os Bairros da Mouraria e de Alfama, em determinados sectores, devem ainda mostrar como eram os primitivos arruamentos da cidade, disposto o casario em alturas sobrepostas, que naturalmente provocavam a construção de arcos, com andares superiores. Mantinha-se deste modo a verticalidade das paredes, sabiamente, contra as sacudidelas frequentes dos sismos. Não é aventurado imaginar que nisto houvesse entrado, mais do que a técnica local de construção, o uso e costume dos Árabes, vindos do Mediterrâneo, de zonas onde os terremotos eram e são frequentes.

Só as portas e janelas em geral não serão primitivas, por sofrerem modernizações sucessivas através dos séculos, conforme os gostos e a vida das populações, mais interiorizada ou mais comunicativa.

3. Mas nem todas as habitações da Lisboa mourisca se apresentam na forma indicada.

As classes mais abastadas viveriam em moradias mais sumptuosas. Estas desenvolviam-se ordinariamente à volta dum pátio, sistema que os Romanos já adoptavam. Algumas teriam pequenos jardins e espelhos-de-água.

Embora outras possa haver, só referimos uma antiga habitação deste tipo, no Largo de São Martinho, em frente à Cadeia do Limoeiro, com entrada a meio dos números de polícia 2 a 4. É palácio,

sem qualquer dúvida, remanescente da Antiguidade Árabe. Protegido externamente pelas muralhas da cidade, o seu portão era aberto. E dentro do pátio, cercado de colunas, de que restam algumas, situava-se a escadaria, que levava ao primeiro andar, com porta ornamentada, marcando assim certa originalidade em relação aos congêneres espanhóis e marroquinos (cf. os nossos *Monumentos da Antiguidade Árabe*, figuras 190-193, e págs. 176-179).

Em todas as casas árabes de alguma grandeza havia um postigo de observação para o exterior, do modelo do que se acha nesta de Lisboa, e colocado um pouco acima do patamar.

Os outros postigos ou janelas pequenas já não devem ser da época árabe; resultariam, no período português, das diversas fases do aproveitamento do edifício.

Tem este antigo palácio um largo corredor de comunicação, do pátio para fora. Ampla janela, com a tradicional grade, a que os Árabes dão, principalmente nas zonas orientais, o nome de *muxarabíé*, permitindo a observação, do lado interior, e a passagem do ar, conquanto possa e até deva ser de tradição arábica, não parece já do tempo dos Mouros. O mesmo se diga do postigo ao lado. Mas podem não representar mera tradição, e serem originárias.

Os dois dintéis, exteriores e interiores, das portas de entrada para o pátio, não obstante se apresentarem em forma rectilínea, têm nos tratados de Arte a designação de arcos adintelados. Formam-nos pequenos elementos dispostos em cunha, para lhes manter a solidez, como se fossem constituídos por uma só pedra. Os Romanos, nas suas construções, já conheciam tal sistema.

Resta aludir ao exterior da edificação.

A frontaria denota mutilações praticadas no decorrer dos séculos.

Adivinha-se, pelas duas janelas do primeiro andar, diferentes das dos andares superiores, mais modernas, como seriam primitivamente as do palácio. Não é difícil inferir, dos elementos estilizados na parte inferior das ombreiras das janelas, que estas deveriam ter um colunelo a meio, apresentando-se geminadas, a lembrar muito as janelas do Paço Real de Sintra, e as da Rua da Judiaria.

Fique este exemplo da grandeza da cidade e das suas edificações, protegido o todo pelos fortes muros seculares.

4. Outro exemplo é o daquilo que até nós chegou da Mesquita-mor ou *aljama* da Lisboa Moura.

Sabe-se pela *Carta do Cruzado Inglês* que a Mesquita era um vasto edifício constituído por sete renques ou fiadas de colunas com corunchéus.

A sua localização não oferece qualquer dúvida.

Conquistada uma praça, era de uso os vencedores, se de religião diferente, adaptarem logo os templos dos vencidos aos do seu credo.

Não sucederia logo o mesmo com a Mesquita principal de Lisboa, poupada, segundo o aviso de Francisco José Velozo, pelos Cruzados na tomada da cidade. Na Catedral românica, que subsistiu até aos nossos dias, erguida após a conquista, nos anos subsequentes, o que foi destruído em grande parte foi o templo bizantino, a Sé de *Olisipo*, certamente porque o seu traçado e feição contrastava inteiramente com a arquitectura então dominante entre os conquistadores e com o seu espírito. No entanto, mostrando aliás indícios dessa substituição drástica, ainda hoje encontramos na Catedral de Lisboa, como material de aproveitamento, pedras várias que classificamos de bizantinas, oriundas portanto da catedral primitiva, como dissemos atrás no cap. X, 1.

Entretanto, com o rodar dos anos, e certamente com o minguar do número dos fiéis à religião de Mafoma, pela conversão ao Catolicismo, a Mesquita diminuiria de importância. As zonas da Sé, do Castelo e de Alfama passariam a ser habitadas por famílias preponderantes, desde os Reis aos Nobres e altos funcionários, sem esquecer os Judeus, que, antes da expulsão, portanto até ao século XVI, tinham lugar proeminente na Sociedade e no Estado. Os Muçulmanos ou Mouros acolher-se-iam à Mouraria e aos arredores.

É o que, além do mais, indicia o facto de a Mesquita, que ocupava o local do claustro da Sé actual, e era de pátio aberto, como as descrições árabes denotam ter, vir a ser aproveitada para claustro da mesma Sé. Restam-lhe a nascente quatro colunelos, que as obras de adaptação a pequenas capelas por felicidade respeitaram. Os capi-árabe, e certamente da antiga ampla Mesquita lisbonense, onde tanta gente se refugiou durante a irrupção dos Cruzados.

Do espólio ou material em depósito no próprio chão do claustro, à laia de peças de museu lapidar, destacamos um capitel árabe e dois pequeninos colunelos e respectivos capitéis, também da Antiguidade árabe, e certamente da antiga ampla Mesquita lisbonense, onde tanta gente se refugiou durante a irrupção dos Cruzados.

Os dois templos, o islâmico e o cristão, sem dúvida os principais monumentos da cidade (a não ser que ainda estivesse de pé algum templo pagão), viviam lado a lado na época árabe. Uma torre, como a *Giralda* de Sevilha, ainda é visível em estampas antigas, embora não a reerguessem no restauro da Sé junto da charola. Sabe-se que então Lisboa era Bispoado, sufragâneo de Mérida, vindo já da época

romana. Com o andar dos tempos o templo cristão acabaria, como dissemos, por arrebatado o porventura desocupado espaço da Mesquita por completo; mas ainda assim deixou sinais ao observador atento desses factos: a irregularidade da área amuralhada do claustro e a vastidão, talvez exagerada, que este apresenta, pois quem olhar a Sé do lado sul, vê que ela continua pela Rua abaixo, formando-se ali um bojo inexplicável até à Travessa, que as paredes, subindo para o Norte, ladeiam, até flectirem quase em arco, pela Rua abaixo, de novo ao encontro da Sé.

Porventura, essas pedras foram recolocadas e substituídas, o tipo de construção alterado, como sucede com muitos monumentos portugueses que em vão se tem pretendido restaurar na «forma primitiva». Mas a planta e o tipo do conjunto fornecem, com o evidente desajustamento do encontro do claustro com a ábside ou charola, que nunca chegou a ser eliminado, a melhor prova da existência do grande edifício onde oravam e se juntavam os sequazes lisboetas do Islão, paredes meias, ou quase, com os Cristãos, que oravam ao mesmo Deus, na catedral bizantina e cristã... (Cfr. *Mon. da Antig. Ár.*, cit., pág. 126 e figuras 119 e 120; e *Arq. Ár. em Portugal*, também cit., págs. 75, 82 e 120).

5. Isto bastará para o nosso intento, que é fundamentalmente o identificar as muralhas de Lisboa, apesar de acidentalmente nos referirmos ao que estava dentro dessas muralhas: uma importante cidade, que de modo algum poderia estar desprotegida. Precisamente os primores e o esplendor da época árabe pressupõem que a cidade, desde o princípio desse período, conhecesse uma segurança bastante, que só os muros preexistentes lhe poderiam ter dado.

E não vamos repetir o que em obras anteriores expusemos sobre a técnica construtiva árabe, formas de colunas e capitéis, arcos ogivais com fecho à oriental, assaz vulgares em nossas igrejas românicas e a elas em grande parte preexistentes — como sucede aliás na Sé, numa das capelas junto da ábside do claustro —, arcos que encontramos nos locais mais inesperados, como por exemplo nas ruínas da igreja do Carmo, de Lisboa, construída no início da Segunda Dinastia, não sabemos com que precedentes, e na qual achamos aliás também arcos góticos, ou seja da Arte Cristã, de influência francesa ou inglesa, a par desses restos.

XIII. ATAQUE DA ARTILHARIA DOS CRUZADOS, NUMA PASSAGEM DESTES

1. O leitor compreenderá certamente que procuramos apresentar-lhe os vários aspectos arqueológicos de Lisboa, sempre que possível segundo a ordem cronológica, para melhor compreensão, mas que não foi esse, necessariamente e sempre, o caminho que seguimos ao investigá-los.

Com efeito, impunha-se-nos que procedêssemos frequentemente por eliminações sucessivas, e portanto avançando ou recuando quanto às várias épocas, segundo o que íamos apurando.

Agora, convém chamar-lhe a atenção para o que atrás escrevemos, no cap. II, sobre as armas de arremesso antigas e o seu alcance de tiro.

2. Ora num espaço livre, que existia na Rua da Saudade, no Bairro do Castelo, em frente ao Teatro Romano, eram visíveis os efeitos destrutivos da artilharia nervótona ou neurótona, empregada contra Lisboa, antes da invenção das bocas de fogo.

Os vestígios apontados nenhuma atenção despertaram dos nossos investigadores, que saibamos. Tivemos nós o cuidado de os captar em quatro fotografias, por nós colhidas antes de se ter iniciado a ocupação daquele terreno livre, que deixou a Rua da Saudade reduzida ao estado actual.

Como foi possível consentir no seu desaparecimento, ou autorizá-lo? O facto de ninguém ter estudado ainda o assunto facilitaria essa leviandade? Mesmo assim, o caso não tem justificação, pois bastava a proximidade do Teatro Romano, além do mais, para impor a maior cautela na remoção de terras, pedras, construções e ruínas na área circundante. O contrário é triste prova de incultura e até de falta de consciência nacional.

O mesmo destino antevemos com melancolia para as muralhas autenticamente romanas que temos identificado, nalgumas das quais achámos até já a sentença lavrada em tabuletas: PARA DEMOLIÇÃO. Sobre a cruz, que foi o patíbulo de Cristo, pôs-se também uma tabuleta!

Voltemos porém à nossa *descoberta*. Sem vaidade nem modéstia, é o termo que temos de empregar...

Quer-nos parecer que a presença inimiga, dotada de tão poderosos meios de destruição como os vestígios em causa nos mostram, se teria limitado a um acto de represália ou de intimidação. Com efeito, não encontrámos indícios idênticos noutros locais da cidade, em especial na área respectiva, ou na mesma linha.

Sendo assim, é de concluir que os atacantes não formariam exér-

cito poderoso, capaz de vencer a resistência humana e a bravura dos habitantes de Lisboa, cidade populosa e sabiamente fortificada; ou que não tinham o apoio de um exército de terra suficiente, para que um ataque naval em forma se justificasse; ou ainda que não queriam demorar...

Aqueles poderosos meios de destruição, que permitissem um ataque vindo do rio por essa forma, não os possuíam os Cristãos peninsulares, como se viu até quando recorreu ao concurso dos Cruzados o nosso Afonso Henriques, que tinha possibilidade de mobilizar tropas suficientes para um ataque prolongado e porventura avassalador por terra, mas não por via marítima — e Lisboa era cidade ribeirinha.

Daqui o convencer-nos de terem sido Nórdicos os autores deste acto de destruição parcelar, com armas de arremesso potentes, à semelhança das que os Cruzados experimentaram na Terra Santa e em outros lugares com efeitos retumbantes, arrasando castelos e defesas do Islão.

3. Talvez este episódio não fosse único, e em outras ocasiões se repetisse. Podem ter desaparecido indícios. Mas não os achámos, como seria natural, noutros pontos vitais da cidade. E, de qualquer modo, ataques de artilharia, assim isolados, não poderiam facultar a invasão e a conquista de Lisboa.

Situamos portanto este ataque antes das tentativas de Dom Afonso Henriques e dos Cruzados nesse sentido.

Outros eldorados se rasgavam aos *Crucesignati* no riquíssimo horizonte. Não cessava o Papa e não cessavam os pregadores da Cruzada de incitar os guerreiros cristãos à libertação dos Lugares Santos. Assim, durante cerca de dois séculos a Europa Cristã lançou-se sobre a Ásia Menor, sobre o Próximo Oriente. E até nem poupou, a certa altura, a cristã Constantinopla...

Todos os Cronistas acusam a corrupção dos atacantes europeus, à qual atribuem a subsequente perda dos Lugares Santos, inicialmente conquistados, e as desgraças que humilharam o estandarte da Cruz; e bem assim à justa cólera do Céu, ante os crimes dos «Latinos» (designação dos Católicos Romanos no Oriente), que regressaram a suas terras de origem mais viciosos e dissolutos do que tinham ido, os que não sucumbiram na luta, evidentemente.

Estas expedições bélicas importaram, durante aquele período, dois milhões de mortos e rios de dinheiro. Mas, se arruinaram a Aristocracia da época, facilitaram a ascensão da Burguesia, a libertação dos servos da gleba e a elevação de outras camadas sociais.

Essa multidão, vindo de uma Europa sobre povoada e em muitos lugares semi-selvagem, formada naturalmente de aventureiros na sua maioria, não teve escrúpulos em incendiar a preciosa biblioteca de Trípoli, por exemplo. O fogo foi posto pelo Capelão do Conde de Toulouse. Ali arderam, segundo uns, cinco mil manuscritos; segundo outros, três milhões.

Mais desgraças, além do sangue, tombaram sobre o riquíssimo Oriente mediterrânico. A mais funesta foi a conquista de Constantinopla pelos Cruzados, igualmente com incêndio da sua grande Biblioteca, onde existiam, na maior parte completos, os manuscritos das obras dos grandes autores da Antiguidade. Ainda assim, salvaram-se algumas obras no saque e na fogueira ateadas na Roma cristã do Oriente; mas a ignorância e a cobiça destruíram muitas mais.

Sofreu também a Arte. Desapareceram obras-primas de Fídias e Praxíteles, fundidas para serem convertidas em numerário.

A índole dos soldados da Cruzada explica as violências da conquista de Lisboa, mais tarde. Mas Lisboa constituía simples ponto de passagem numa rota que visava o Oriente. Embora a sua conquista não fosse para desprezar, ela exigia grandes sacrifícios de homens e material, que os Cruzados, apinhados nas suas barcas, tinham em princípio que poupar, a fim de atingirem maiores resultados nas partes orientais do Mediterrâneo. Daí um ataque esporádico, porventura de simples intimidação.

4. Hoje acentua-se aliás o aspecto negativo das Cruzadas, sem atenção até ao que é fundamental na História — considerar o espírito e as condições da época. A verdade é que, após a conquista de Jerusalém pelos Turcos, em 1078, o fanatismo dos novos dominadores dos Lugares Santos provocou indizíveis sofrimentos nos Cristãos da Palestina, até aí protegidos pelo Império Bizantino. O Papa Urbano II empregou então o único meio possível nesses tempos, apelou para os Príncipes e Povos da Cristandade, a fim de libertarem os seus irmãos da Terra Santa. Pregou a Cruzada o célebre Pedro Eremita. A ideia propagou-se, e talvez tenha contribuído para a sua incontestável popularidade e para o entusiasmo dos guerreiros, mais do que a cobiça, inicialmente, o corte das fontes de abastecimento e do comércio da Europa com o Oriente mediterrânico. Seguiram-se as Cruzadas, em número de oito, com sorte vária de uma e outra parte. Os Lugares Santos acabaram por ficar nas mãos do Império Turco, de religião islâmica. Mas os dominadores tinham aprendido a lição de tolerância, que podiam ter lido aliás no Alcorão. Disso são exemplo os Franciscanos que se estabeleceram na Palestina e aí foram protegidos pelas

autoridades muçulmanas, mais ou menos, ao cabo das tormentosas guerras de religião.

Sem o incentivo da religião não conseguiria mais tarde o nosso primeiro Rei trazer em seu auxílio os fortes guerreiros nórdicos, e sobretudo a frota destes, que lhe era necessária para acometer com êxito o empório que era a cidade de Lisboa.

Esta andava na mira de corsários desde há muito tempo, e o acto de represália, que julgamos ter detectado, mostra que os Cruzados já pensavam nela a esse tempo.

Sem querermos embrenhar-nos na História, sempre diremos que das Cruzadas veio para a Europa uma soma de conhecimentos de grande valor, que ajudaram o seu progresso. Assim foram trazidos a cana-de-açúcar, as substâncias corantes, diversas manufacturas de metais lavrados, pedras preciosas, sedas, tecidos de lã de camelo, o moíno de-vento, a bússola, o papel de sede da China, a pólvora, que os Árabes aliás empregavam nos seus fogos-de-artifício. A Arquitectura aprendeu novas formas, designadamente a Arquitectura militar. Foi importada a ogiva, como dissemos. A Arte da Guerra foi profundamente modificada, como a construção naval: começou a ser possível imitar os Árabes nas suas viagens a longas distâncias, poupando tempo e com maior segurança.

Claro que na Península Ibérica devemos ter em atenção que algumas destas «novidades» eram tão velhas como a chegada dos Árabes. Mas o comércio, que os Países Cristãos, após a Reconquista, passaram a fazer vantajosamente com o Norte da Europa, trouxe-nos o progresso fomentado pelas Cruzadas nessa região e o resultado da reaboração dos conhecimentos adquiridos pelos guerreiros da Terra Santa.

XIV. VESTÍGIOS DA CONQUISTA FRUSTRADA DE 1140

1. Alberto Sampaio, o mestre insigne, escreveu no seu estudo *As Póvoas Marítimas* (in *Estudos históricos e económicos*, colect. póstuma, Porto, 1923, págs. 305-306):

Em 1140 (sete anos antes da tomada de Santarém) entraram nas águas do Douro, procedentes de França, quase setenta navios de Cruzada, sem ser esperados — *ex inesperto*, diz o Cronista. (...) A novidade contudo voou rápida, e Afonso Henriques, apesar do inesperado, veio imediatamente pactuar com eles um assalto a Lisboa, oferecendo-se a ir com a sua tropa por terra, e seguindo os outros por mar — «ut irent ad Ullixbonam, ipsei per mare et ipse cum exercitu suo per terram».

Estas citações de Sampaio, extraiu-as ele dos *Portugalliae Monumenta Historica* (vol. II — *Scriptores: «Chronica Gothorum»*) e da *História de Portugal*, de Herculano (t. I, pág. 36), conforme a nota 45 da pág. 305. E prossegue:

O denodado batalhador, confiado na boa-estrela dos golpes imprevisíveis, aproveitou a ocasião, mau-grado da pressa com que se viu constringido a reunir os seus. A singela nota, lançada na *Chronica Gothorum*, de nada mais nos informa, nem sequer sabemos qual foi desta vez a permanência aqui dos Cruzados; mas com certeza havia de ser mais longa que a usual, pois teriam de dar tempo a pôr-se em marcha, e obter uma certa dianteira o exército de Afonso I. Da sucinta alusão da crónica só fica claro que se concertaram para a expedição, e a empreenderam. É bem sabido o resultado. A tentativa malogrou-se; ainda assim serviu, quando pouco, para o reconhecimento da defesa da cidade: contentando-se de ambos os lados com as possíveis tomadias, os aliados continuaram na sua derrota; e o Rei, longe de abandonar o projecto, retrocedeu certamente com a esperança de o levar a cabo, se a fortuna lhe deparasse os meios necessários.

2. O ataque a Lisboa aqui descrito e justamente avaliado por Alberto Sampaio pelo seu mérito de operação de reconhecimento do poderio e das defesas de Lisboa por parte dos Cristãos, embora frustrados como conquista, parece-nos corresponder inteiramente à tentativa de derrube dum forte de defesa duma das portas da cidade, que se encontra ainda de pé, e foi devidamente reparado na época, a seguir ao ataque.

Vieira da Silva consagra à zona duas páginas da sua obra *A Cerca Moura de Lisboa*, com referência à Estampa VI da mesma obra, dizendo (págs. 166-167):

Continuando para o Norte[depois da Porta de Alfama] pode ver-se a muralha ainda relativamente bem conservada, durante uma certa extensão (*o, p*), servindo de muro de suporte aos jardins e prédios que lhe ficam do lado ocidental.

No pátio da propriedade da Senhora de Murça, hoje de D. Miquelina Isabel Salvador, a muralha primitiva foi alteada, e próximo do seu coroamento vê-se uma série de pequenas abobadihas, assentando sobre cachorros de pedra, que servem de suporte a uma espécie de platibanda ou guarda do terraço, que lhe fica contíguo, em parte do qual se acha construído um barracão ou oficina de fabrico de vernizes, graxas, etc.

O pátio da Senhora de Murça dá entrada para uns barracões, em dois níveis, que têm tido várias aplicações, e actualmente (1939) servem de casa de jogo da bola e outros jogos; pertencem actualmente à mesma proprietária D. Miquelina Salvador.

O barracão superior fica contíguo a um cubelo⁽⁶²⁾ da muralha, cujo contorno se conserva ainda bem nítido, e sobre o qual se acha construída uma casa onde funciona uma oficina de fabrico de graxas e vernizes. Em 1899 havia nesse eirado uns fornos de padaria.

Daí continuava a muralha (*q, r*), formando um ângulo obtuso muito aberto, até se ligar ao edifício do Limoeiro; junto deste, o caminho de ronda das sentinelas, que vigiam da banda sul da Cadeia, é o próprio adarve da muralha moura.

3. Não obstante este erro, já denunciado, de chamar «moura» à muralha das traseiras do Limoeiro, e de no descritivo transcrito não haver propriamente uma única verificação arqueológica, é precioso quanto Vieira da Silva menciona, pois atesta a condição das muralhas e a sua localização, num ponto que passa despercebido a quem passa pela Rua de São João da Praça.

Infelizmente não temos conhecimento de quem quer que seja que haja estudado esse local das muralhas como Arqueólogo, ou lhe atribuisse outro valor que não o de mostrar o percurso da fortificação.

Ora o exame atento, à luz da Arqueologia, das muralhas em apreço, revela, a nosso ver, nada mais nada menos do que os efeitos dum ataque inacabado e ineficiente à cidade, designadamente os estragos sofridos na parte inferior desse forte, dito de São João da Praça, no sítio onde existe, no portal de entrada para o pátio aludido, em que se pode observar, o número de polícia 18.

Assume foros de toda a probabilidade, quase certeza, o terem os Cruzados, com Afonso Henriques, chegado aí, e conseguido romper-lhe a base. Mas o restante da construção resistiu, como se observa na fiada horizontal de arquinhos, com os silhares a formarem a parte superior da fachada.

Observa-se aí o rombo feito com a tentativa de penetração dos assaltantes por São João da Praça. Com material formado por fragmentos de pedra pequenos, reparou-se ou reconstituiu-se o muro, à moda nacional, mais tarde.

É patente o aproveitamento do material da primitiva muralha romana, a contrastar com o sistema português, como já referimos no cap. IX, *supra*.

Deste modo, conjugando os dados da História com os da Arqueologia, localizamos convictamente aí o foco do ataque dos Cristãos, em 1140, que se gorou.

4. Perguntará o leitor porque não ligamos este assalto ao de projecteis, referidos no número anterior. A razão é esta: a de não acharmos relação táctica ou estratégica entre os dois factos. Têm

carácter isolado e insólito, pela sua localização, os tiros a que ali nos reportámos, e que para nada serviriam numa investida por São João da Praça, tamanha seria a distância entre os dois alvos, sendo que não se vê o motivo então para um único alvo, se a artilharia de arremesso entrou nisso; e ainda a de que o arrombamento das muralhas era praticado, em assalto próximo como este, minando ou derrubando-as pela parte inferior, a mais acessível.

O malogro do ataque mostra como era difícil a tomada de Lisboa.

Terminamos estas reflexões, prestando uma vez mais homenagem à clarividência de Alberto Sampaio, que faz uma interpretação correcta dos textos, ultrapassando a leve referência de Herculano.

XV. CONCLUSÃO

Somos chegados ao fim deste nosso trabalho, que em grande parte é, como o leitor haverá compreendido, comentário e tentativa de correcção dos valiosos trabalhos de Vieira da Silva. Sem eles, tornar-se-nos-ia impossível certamente levá-lo a bom termo. E, como também o leitor verifica, damos por lido e conhecido quanto o ilustre olisipógrafo escreveu, assim como outros muitos que se ocuparam da antiguidade de Lisboa e, esporadicamente embora, das suas muralhas. Assim se faz ciência: respeitando o trabalho dos demais, aproveitando o que disseram acertadamente, as suas investigações e informações verídicas, e desenvolvendo uma crítica construtiva e sã naquilo em que seja devida. Sendo homem de ciência, embora não arqueólogo, Augusto Vieira da Silva, estamos seguro disso, não enjeitaria as ache-gas, as novas interpretações e até os reparos que julgamos fundados na Arqueologia e na evidência, à luz dos novos conhecimentos históricos, os quais — sem desdouro — vieram reforçar e não criar o nosso convencimento, expresso nas páginas anteriores. Oxalá da mesma forma as conclusões arqueológicas a que chegámos dêem no entanto a mesma satisfação, que tivemos ao vê-las concordes com a História, aos que, paladinos dos métodos científicos de investigação, a esta vem dando novos rumos, e desenevoando a verdade do Passado português!

Lisboa, 1977

José Augusto Correia de Campos

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

- Vitrúvio — *Da Architectura* (10 livros).
- Osberno e Arnulfo, Cruzados — *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*. Narrações pelos C. O. e A., testemunhas presenciais do cerco. Texto latino e sua tradução para português por José Augusto de Oliveira. Prefácio de Augusto Vieira da Silva. 2.^a edição, Lisboa, 1936.
- Damião de Góis — *Descrição de Lisboa*. Texto latino de... Tradução de Raul Machado. Lisboa, 1937.
- Fernão Lopes — *Crónica de Dom Fernando*.
- Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português. Vida e morte, ditos e feitos de El-rei Dom João IV*. Ed. dos Centenários. Rio de Janeiro, 1940.
- Francisco Martins Sarmiento — *Dispersos*. Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica. Coimbra, 1933.
- João de Moura Coutinho — *As Artes Pré-Românicas em Portugal — São Frutuoso de Montélios*. Obra que não entrou no mercado (1).
- Alexandre Herculano — *História de Portugal*, 7.^a ed., tomos I e II (ed. David Lopes), Lisboa, 1916.
- Fortunato de Almeida — *História de Portugal*, t. I, Coimbra, 1922.
- Luís Gonzaga de Azevedo — *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1944.
- J. Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, 3 vols., Lisboa, 1897-1913.
- Alberto Sampaio — *Estudos Históricos e Económicos*, 2 vols., Porto, 1923.
- Ch. Bayet — *L'Art Byzantin*, Paris, s/d.
- Marcel Dieulafoy — *L'Espagne et le Portugal*, Paris, 1913.
- A. Vieira da Silva — *O castelo de S. Jorge em Lisboa*, Estudo histórico-descritivo. 2.^a ed. Lisboa, 1937.
- *A Cerca Moura de Lisboa*. Estudo histórico-descritivo. Lisboa, 1939.
- *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vols. I e II, Lisboa, respectivamente, 1948-1949.
- Relatório: *O Castelo de Lisboa — Trabalhos de restauração realizados em 1939-1940*.
- Júlio Castilho — *Lisboa Antiga*, vols. I a VII, Lisboa, 1934-36.
- Manuel de Ataíde (M. A.) — *Castelo de S. Jorge*, no vol. *Lisboa — II* primeiro tomo de *Monumentos e edifícios notáveis do Distrito de Lisboa* (dir. D. Fernando de Almeida), Lisboa, 1973.
- Raúl Proença — *Guia de Portugal — 1.º volume — Lisboa e Arredores*. Lisboa, 1924.
- David Lopes — *O domínio árabe*, na *História de Portugal* dir. por Damião Peres, vol. I, Barcelos, 1928, págs. 389-431.
- Apêndice à cit. ed. da *História de Portugal* de Herculano.
- *Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano*, no Bol. da Segunda Classe
- *Nomes árabes de terras portuguesas*, colectânea póstuma organiz. por José Pedro Machado. Prefácio de Francisco José Velozo. Lisboa, 1968.

(1) Esta obra, que o A. consultou nos fascículos que estavam em poder do organizador desta edição, acabou por ser publicada em Braga em 1978, com introdução de Francisco J. Velozo, pela associação «Aspa». O A., falecido em 1977, sublinhava assim o valor dessa outra obra. — F.J.V.

- Elza Paxeco — *A propósito do nome árabe de Lisboa*. Transcrições e traduções do árabe por José Pedro Machado. Lisboa, 1968.
— *Acerca do nome árabe de Lisboa*, em colaboração com José Pedro Machado, Lisboa, 1968.
- José Pedro Machado — *Crónica da Conquista do Algarve (Texto de 1192)*, Lisboa, 1940.
— *A doação de Açafa (1198)*, Lisboa, 1964.
— *Évora Muçulmana*, Évora, 1949.
— *Fim dos medos antigos no Atlântico*, Lisboa, 1974.
— *A Península Hispânica segundo um Geógrafo árabe do século XII*, Lisboa, 1964.
— *Sintra muçulmana*, Sintra, 1940.
— *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, 1952; 2.^a ed., 1967.
— *Posturas do concelho de Lisboa (século XIV)*, leitura paleográfica, nótula e vocabulário. Apresentação de Francisco José Velozo.
- Francisco José Velozo — *Oestrymnis (Atlântida — Campo Elíseo)*, Braga, 1953-1956.
— *Estrabão: Livro III da «Geografia». Primeira contribuição para uma edição crítica*. Prefácio e introdução à trad. de José Cardoso. Porto, 1965.
— *Etéria (séc. IV) e o Latim lusitânico*, Lisboa, 1966.
— *A Lusitânia suévico-bizantina*, Braga, 1950 e segs.
— *Ciclo cultural e político e suévico-bizantino*, Lisboa, 1954.
— *Ciclo suévico-bizantino e não ciclo visigótico (409-711)*, Braga, 1957.
— «*Jacobus Zebedaei*». *Um desaparecido hino a São Tiago Maior*, Lisboa, 1965; «*Jacobus Zebedaei*». *Isidoro Pacense e a «cacida» a São Tiago*, Lisboa, 1967.
— *Contribuição luso-galaica para Reconquista*, na rev. «*Mínia*», Braga, 1945-1946; e *Ainda a contribuição luso-galaica para a Reconquista*, Braga, 1949.
— *As origens nacionais de Portugal e Espanha e o domínio islâmico na Península*, Guimarães (rev. «*Gil Vicente*» e separata), 1951.
— *O elemento espontâneo na formação do Direito Agrário*, Lisboa, 1965.
— Artigos sobre o domínio árabe e a Reconquista na rev. «*O Islão*», Braga, 1968 e segs.

OBRAS DO AUTOR:

- A resolução do problema monetário de Timor*, Lisboa, 1932.
Mundo novo que surge, Porto, Imprensa Nacional, 1935.
Imagens de Cristo em Portugal, Lisboa, 1950.
A Virgem na Arte Nacional, Braga, 1956 (separata das Actas do II Congresso Nacional Mariano).
Os Árabes na Conquista da Península, seus métodos colonizadores, seu espírito de tolerância, seu papel na História da Civilização (separata da «*Revista de Artilharia*», n.ºs 389-390).
Arqueologia Árabe em Portugal, Lisboa, 1963.
A Artilharia antes da invenção das bocas de fogo, Lisboa, 1965 (separata da «*Revista de Artilharia*», n.ºs 483-484).
Mitos e Contos do Timor Português, Lisboa, 1.^a ed., 1967; 2.^a ed.

Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal, Lisboa, 1970.

Justiça aos Mortos, Lisboa, 1971.

Á semelhança de Scalabis, a cidade romana de Ierarbrica não se situava nas margens do Tejo, mas no chamado Monte do Senhor da Boa-Morte, junto a Vila Franca de Xira; no vol.: 25.º aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vital Baptista, Boletim Comemorativo, Vila Franca de Xira, 1972.

A Arquitectura Árabe do país e o II Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1972.
(Em publicação, obra póstuma: *Dolmens: habitações ou necrópoles?*, Viseu, 1982 e segs., rev. «Beira Alta»).

ILUSTRAÇÕES

José Augusto Correia de Campos. algum tempo antes que a doença mortal o acomettesse, pediu-me que o acompanhasse a percorrer o amuralhado de Lisboa e os pontos referenciados no trabalho que antecede. Mostrou-me, pela mesma altura, um acervo fotográfico muito rico, e bem assim ilustrações várias que reunira para documentar o seu estudo, lamentando porém que não tivesse ainda podido completá-lo. Após o seu falecimento, recebendo eu a incumbência, escrita por ele, de lhe publicar os inéditos, procurei, com a ajuda dalguns dos seus admiradores citados nas Palavras Prévias, suprir tal deficiência. Por isso, nem todas as gravuras, que se seguem, são da sua responsabilidade ou autoria, até porque algumas revelam factos e situações posteriores, embora já hoje ultrapassadas por atentados ao património arqueológico nacional de data mais recente. São aliás uma pequena parte das que foram reunidas.

As legendas do A. vão entre aspas.

Indica se, em relação a cada figura, as respectivas circunstâncias. autoria e passos do trabalho de Correia de Campos a que se reportam.

Lisboa, Dezembro de 1984.

Francisco J. Vellozo

FIG. 1

Alcáçova do Monte de São Jorge (citânia, *oppidum*, cidadela), incluindo o Castelo dito de São Jorge, medieval, e respectivas muralhas.

Segunda linha das muralhas romanas de Lisboa, no exterior.

Cfr., no texto, VII e IX.

(Duma planta turística do SNI, adaptada e corrigida por Francisco J. Vellozo).

Sinais, na planta: — *Números* 1, 2, 3 e 11, torres medievais; 19 (duas) e 20, torres romanas redondas (parte interior); restantes números, torres de embasamento e outros materiais romanos. *Letras*: A), possível frontaria do ópido; B) «Torre do Haver» ou «de Ulisses», onde foi aberta a porta do séc. XIX; C), continuação provável do muro romano, com o aterro alargado pela fortificação à Vauban, séc. XVII; D), compartimento que os Romanos destinavam à calefação da cidadela, por meio

de água, ou a banhos quentes, o *caldarium* (figs. 6, 7 e 8); E), linha do forte à Vauban; F), Castelo medieval, joanino ou pós-joanino; G), Porta do Moniz, dita (mal) de «Martim Moniz», com a torre 13, ainda integralmente romana, a protegê-la; H), local onde foi colocada a pedra bizantina aparecida nas obras de restauro, da fig. 10; I), segunda linha das muralhas romanas, a qual atravessava a Porta de São Lourenço, hoje demolida, que a torre 12, a que se dá também este nome, protegia; V), antigo Paço Real; K), paredão e esplanada (Vauban); L), aterro da antiga citânia, bordado pelo muro parcialmente castrejo; M), edificações não demolidas no restauro de 1940.

FIG. 2

«Pano de muralha, da Alcáçova às Portas do Sol, reconstruído pelos Bizantinos, depois de terem derribado o anterior (obra romana conservada pelos Suevos), para invadirem a cidade de Lisboa por leste».

Cfr., no texto, X.

(Adaptação duma planta de Vieira da Silva, na sua obra *A Cerca Fernandina*, por F. J. V. sobre esboço de Correia de Campos).

Sinais: A), muro com almofadado romano, *opus rusticum*, da Rua Noberto de Araújo, da fig. 14; B), continuação do forte romano das Portas do Sol ou de Santa Luzia, em direcção à Travessa das Merceiras, por trás do edifício da antiga Cadeia do Limoeiro; C), local das demolidas Portas do Sol; D), Museu Ricardo Espírito Santo, fig. 11; E), linha da muralha bizantina; F), muro sul do ópido ou Alcáçova; G), sentido do Chão da Feira.

FIG. 3

Chão da Feira. Frente do *oppidum* ou cidadela romana, com suas paredes e torres circulares desvestidas de silhares, tendo ao fundo a porta principal, aberta e ornada no séc. XIX, com material da aproveitamento, na Torre do Haver ou de Ulisses.

Cfr., no texto, I, VII, IX.

(Foto de Francisco Maria C. Vellozo).

FIG. 4

«Parte observável da muralha lusitana (castreja ou ciclópica) primitiva, seguida de outro tipo de construção, do género dos muros do Oriente, ainda sem silhares romanos».

Cfr., no texto, VIII, 1 e 2.

(Foto de C. C.).

FIG. 5

Abertura recentemente feita na linha do amuralhado romano, para acesso ao Restaurante do Castelo de São Jorge, revelando os silhares e o compacto *opus cementicium* entre as duas camadas deles. Espessura de 3 metros para mais, do interior.

Cfr., no texto, IX.

(Foto de José António Vellozo).

FIGS. 6, 7 e 8

Aspectos sucessivos do *caldarium*, ou sistema de calefação romana da cidadela, indicado na planta da fig. 1 com a letra D) — sentido S-N. A água circulava nesses reservatórios e era escoada para o vale pelo compartimento e orifício da figura 8. Hoje o segundo, da fig. 7, foi vasado de lés a lés, formando um passadiço do Restaurante, e o da fig. 6, modificado pela mesma razão. Esta construção ficava no alinhamento da muralha romana, e só foi descoberta quando a Câmara de Lisboa empreendeu a ampliação do Restaurante, começando para isso por arrancar o tecto.

Cfr., no texto, IX.

Foto de F. M. C. V.).

FIG. 9

Vestígios da porta romana (cfr. fig. 1, E) abatida quando se construiu o Castelo medieval, cujo lado norte se vê iluminado. Do lado oposto, coberta de hera, a parede oeste do Restaurante, que é romana e se continua, passado o intervalo da porta derribada, na face do Castelo voltada a oeste, que foi aproveitada da do *oppidum*, pelos construtores do mesmo Castelo medieval. O aterro exterior, disfarçando a ribanceira primitiva, resulta do alargamento da fortificação no sistema Vauban. Silhares arrojados pelo chão. Torre 10 da fig. 1.

Cfr., no texto, VII e IX.

(Foto de J. A. V.).

FIG. 10

Pedra bizantina (posição invertida), incrustada em cimento no extremo sul de Alcáçova, próximo da torre 15 da fig. 1, local assinalado aí pela letra H. Foi encontrada, em pesquisas na orientação traçada por Correia de Campos, para complementação do seu trabalho, pelo Dr. José António Velozo.

Cfr. no texto, o tema bizantino focado em I, 2, e X.

(Foto de J. A. V.).

FIG. 11

Largo das Portas do Sol, vendo-se no primeiro plano o edifício onde está instalado o Museu Ricardo Espírito Santo (fig. 2, letra E), e, no último plano, com as respectivas janelas, a transformação duma torre e parte da fortificação bizantina

Cfr., no texto, X.

(Foto de C. C.).

FIG. 12

«Traseiras do Museu Ricardo Espírito Santo. Fortaleza bizantina (torre e muralha). Silhares, diferentes dos romanos. À direita do observador, quase ao fundo, a lápide bizantina da fig. 13».

Cfr., no texto, X.

(Foto de C. C.).

FIG. 13

«Lápide remana, de rosáceas, posta na torre e muralha bizantina da fig. 12. Levemente mutilada. Material de aproveitamento e ornamental, característica da Arte Bizantina.

Cfr., no texto, X.

(Foto de Fontes de Melo, fotógrafo).

FIG. 14

«Muro, em grande parte com almofadado romano, da apressada construção do forte romano, em continuação do anterior ao bizantino das Portas do Sol, na Rua Norberto de Araújo (cfr. fig. 2, letra A). As escadinhas descem para Alfama».

Cfr., no texto, X.

(Foto de C. C.).

FIG. 15

«Vestígios da artilharia normanda na segunda linha de muralhas romanas de Lisboa, durante o período luso-árabe, na Rua da Saudade — proximidades do teatro romano».

Cfr. no texto, II, XIII.

(Foto de C. C.).

FIG. 16

«Idem. Outro local atingido».

Cfr., no texto, II, XIII.

(Foto de C. C.).

FIG. 17

Pormenor duma vista de Lisboa, do século XVII, do tempo de Filipe IV, onde se vê a Alcáçova, a Sé e a Mesquita-Mor e o seu minarete, este só abatido pelo terramoto de 1755.

Cfr. Ewald M. Vetter, *Der Einzug Philipps III in Lissabon 1619*, in «Gesammelte Aufsätze zur Kulturgeschichte Spaniens», vol. XIX, Münster, 1962, págs. 187 e segs.

(Adaptação por F. J. V).

FIG. 18

«Pormenor do muro com silhares fenícios e posterior complemento cartaginês da Travessa das Merceceiras (atrás do Limoeiro), anterior à conquista romana».

Cfr., no texto, VIII, 3.

(Foto de C. C.).

FIG. 19

«Vista da Praça de Martim Moniz, na Baixa lisboeta. O Castelo ao alto, com o passadiço que desce à Torre (romana) de São Lourenço. Em baixo, assinalado

com uma seta em superfície branca, um pano de muralha romana exterior (por trás do Salão Lisboa)».

Cfr., I, IV, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV.

(Foto de C. C.).

FIG. 20

«Entrando-se pelo Beco do Cascalho, no largo da Capela da Saúde (ou de Martim Moniz), à Rua da Mouraria, vai-se ter à Rua das Fontainhas, e, continuando-se pela mesma, à esquerda, encontra-se uma alta parede, sem janelas, tendo na base 16 pedras, alguma nitidamente do almofadado romano, como revela a foto».

Idem.

(Foto de C. C.).

FIG. 21

«A Rua da Achada, que dá para a Rua das Farinhas. No Largo da Achada existe o Beco da Achada, e neste encontra-se um troço da muralha romana de cintura de Lisboa, que na imagem é sobrepujada pela glicínia dum quintal».

Idem.

(Foto de C. C.).

FIG. 22

«Rua de São João da Praça, n.º 18, entrada para o pátio. Troço da parte que os Cruzados destruíram, da muralha romana, que se vê na parte inferior, posterior e superior. O restauro, em época indeterminada (Afonso Henriques?), fez-se com pequenas pedras, no estilo cristão ou português. Conquista frustrada de 1140».

Cfr., no texto, XIV.

(Foto de C. C.).

FIG. 23

«Parte interior da mesma parede, com características semelhantes e um rombo da mesma origem».

Idem.

(Foto de C. C.).

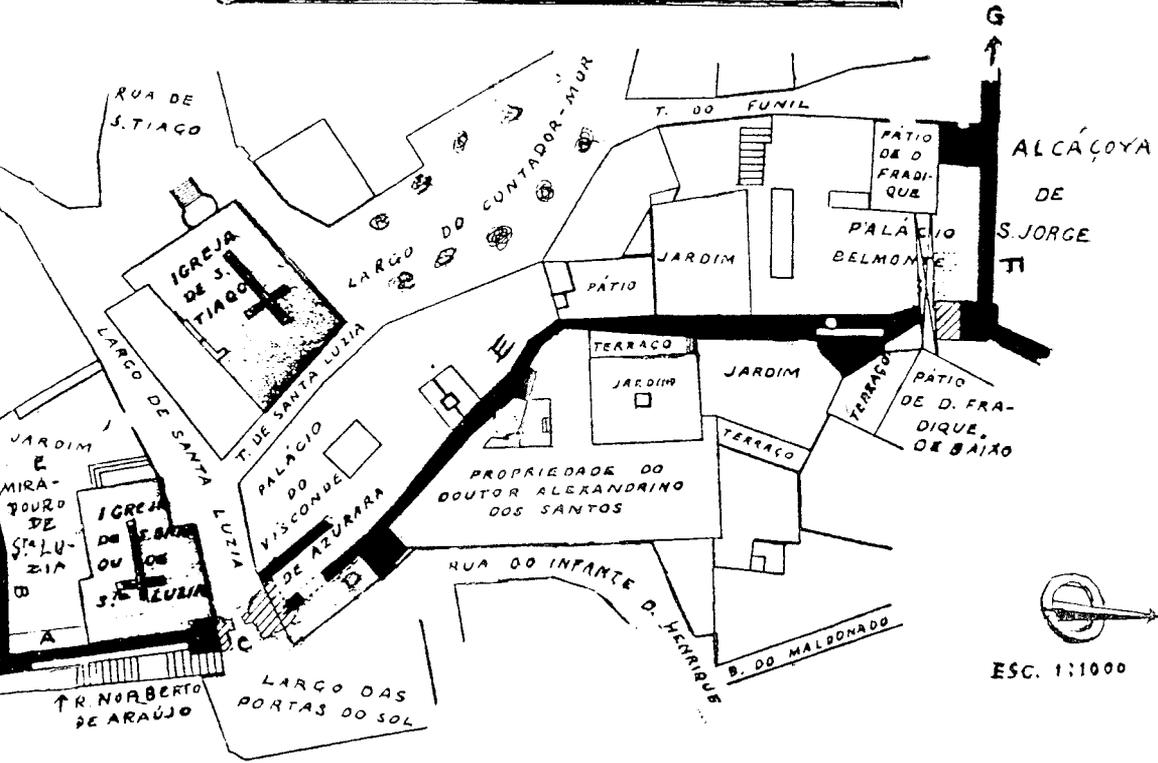
FIG. 24

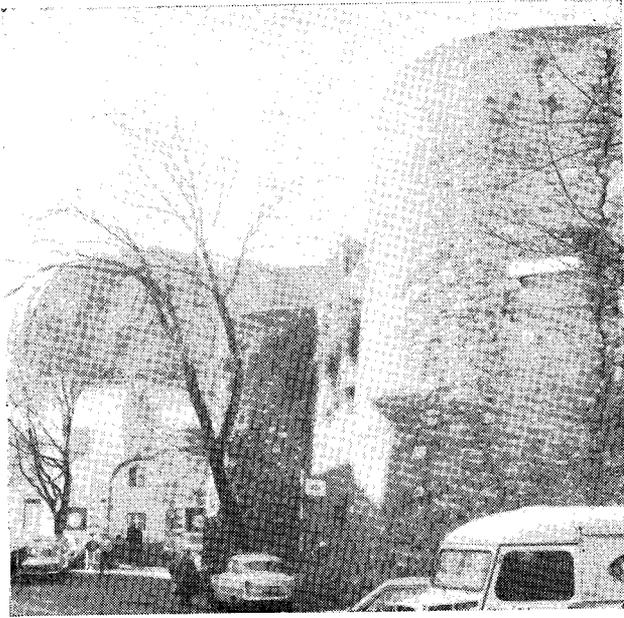
«Face sul e oeste do forte originariamente fenício, do Largo de São Rafael, em Alfama, faceando, na frente, a Rua de São João da Praça. Também designado por Torre de São Pedro ou de Alfama».

Cfr., VIII, 4.

(Foto de C. C.).

MURO • BIZANTINO

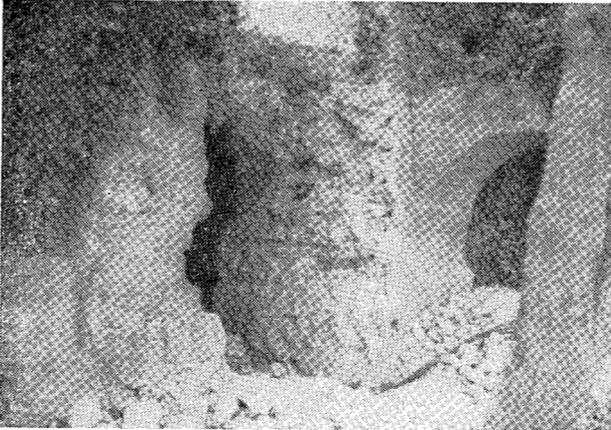




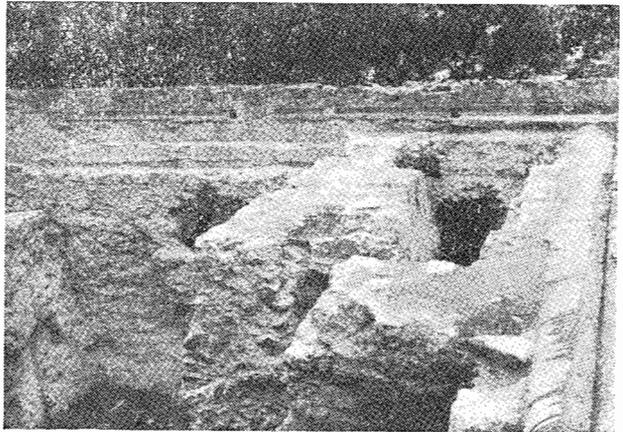
3



4



5



6



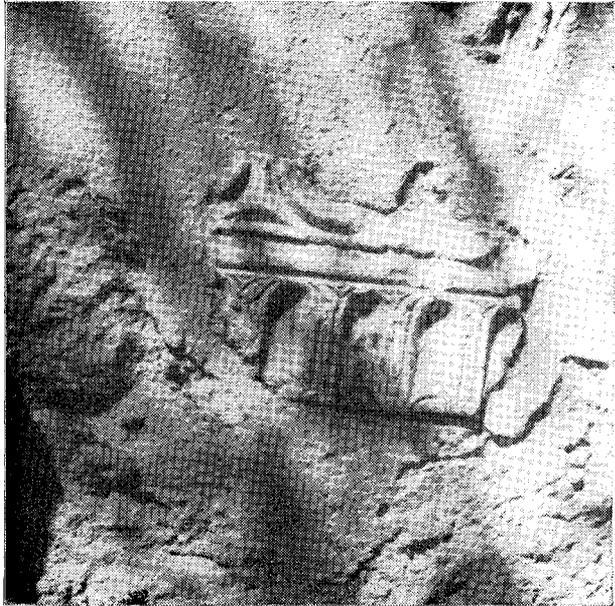
7



8



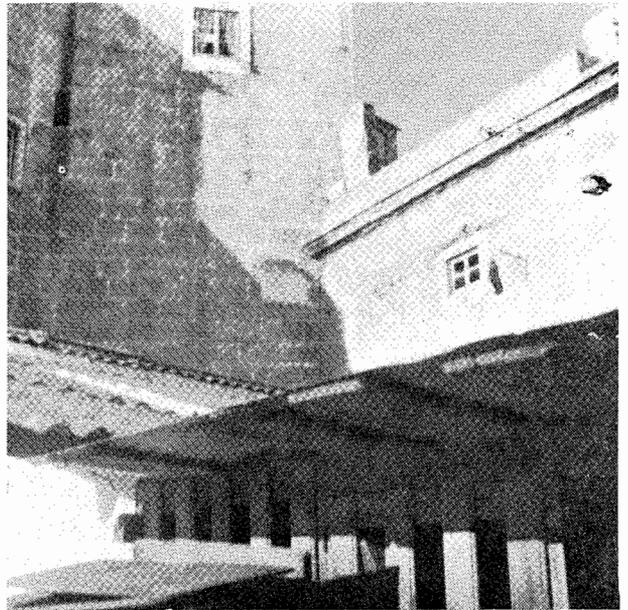
9



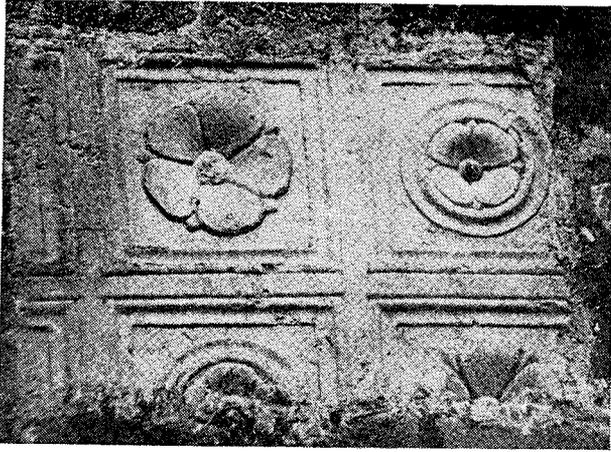
10



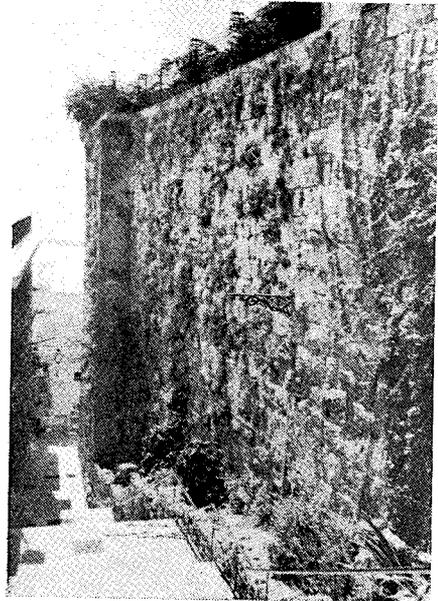
11



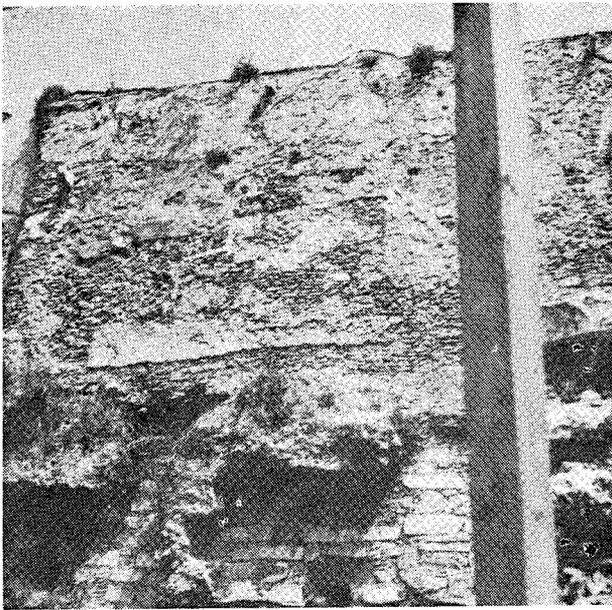
12



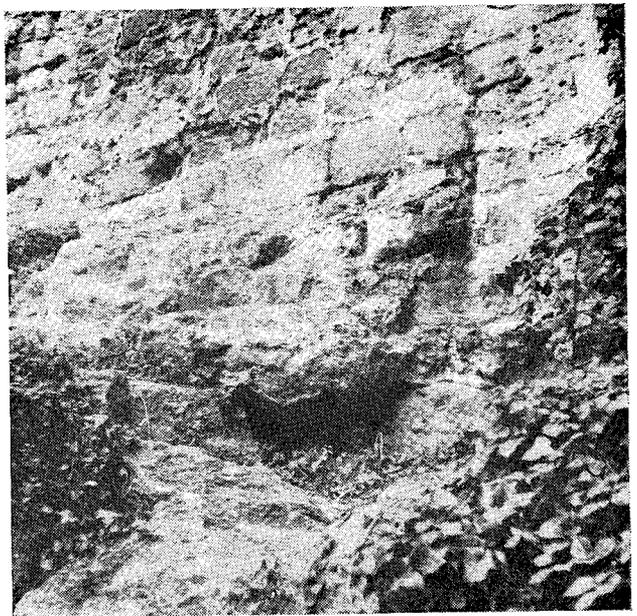
13



14

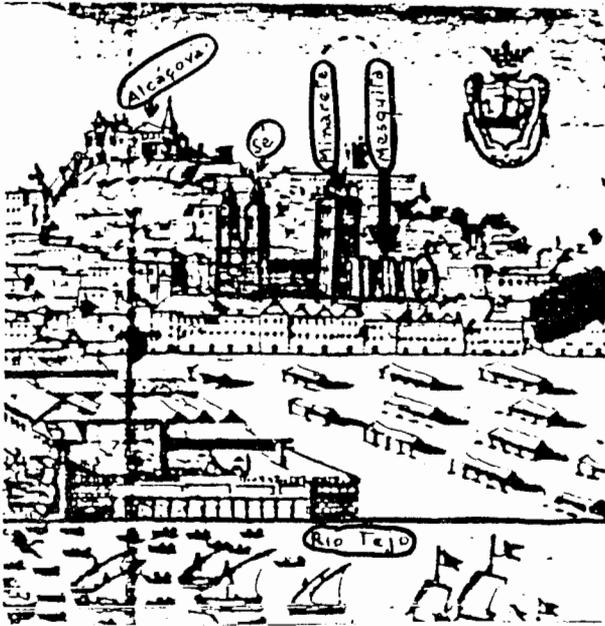


15

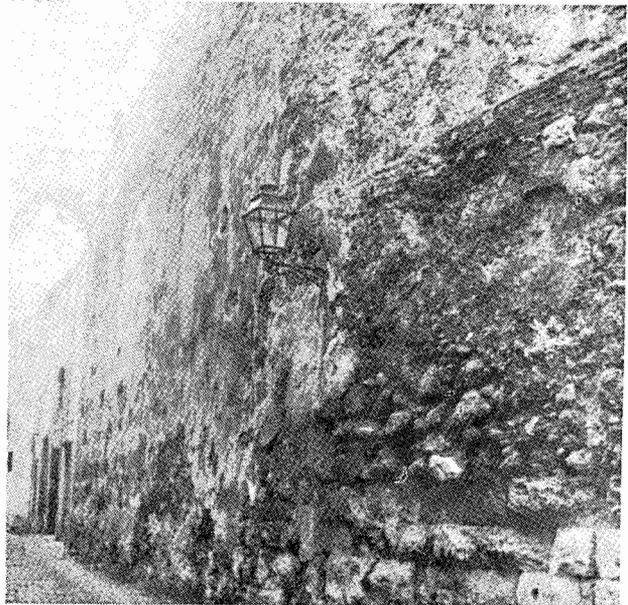


16

Mesquita Mor de Lisboa ~



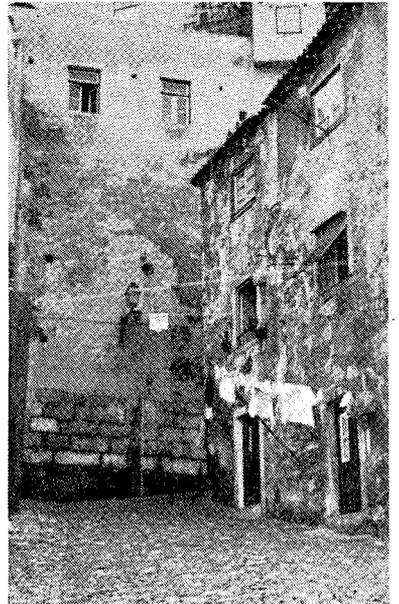
17



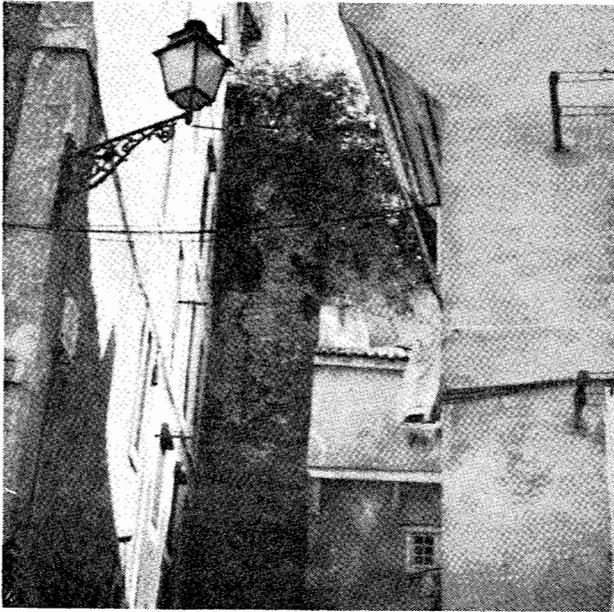
18



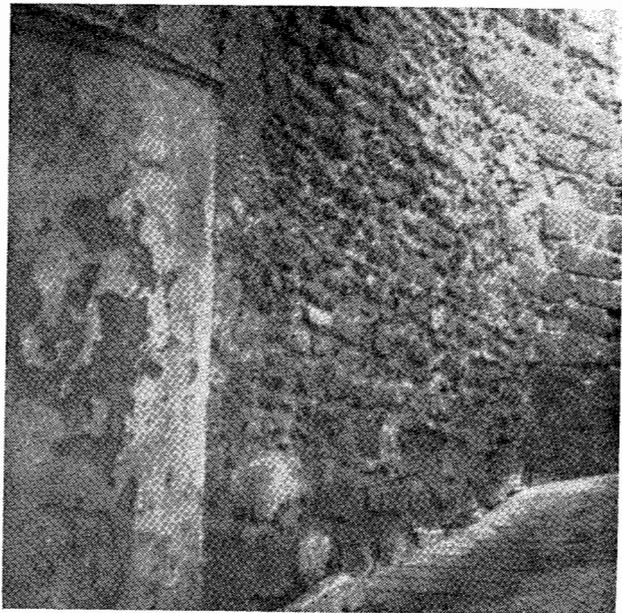
19



20



21



22



23



24